



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEONARDO DO NASCIMENTO

**“AS MENINAS SÃO TODAS PRINCESAS E OS MENINOS SÃO TODOS
MACHOS”? UMA CARTOGRAFIA DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA**

Rondonópolis (MT)

2017

LEONARDO DO NASCIMENTO

**“AS MENINAS SÃO TODAS PRINCESAS E OS MENINOS SÃO TODOS
MACHOS”? UMA CARTOGRAFIA DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), câmpus de Rondonópolis, para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

Rondonópolis (MT)

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

D631m do Nascimento, Leonardo.
“As meninas são todas princesas e os meninos são todos machos”? : Uma cartografia dos dispositivos de gênero e sexualidade numa escola pública / Leonardo do Nascimento. -- 2017
90 f. ; 30 cm.

Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Interseccionalidade. 4. Educação. 5. Cartografia. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 06, MT-270 - Câmpus Universitário de Rondonópolis
Cep: 78735-901 – Rondonópolis (MT)
Tel: (66) 3410-4035 - Email: ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “AS MENINAS SÃO TODAS PRINCESAS E OS MENINOS SÃO TODOS MACHOS”? UMA CARTOGRAFIA DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA

AUTOR: LEONARDO DO NASCIMENTO

Dissertação defendida e aprovada em 29/09/2017

Composição da Banca Examinadora

Presidente da Banca/Orientador: Doutor Leonardo Lemos de Souza
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

Examinador Interno: Doutora Raquel Gonçalves Salgado
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

Examinador Externo: Doutora Danielle Jardim Barreto
Instituição: UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)

Examinador Suplente: Doutora Érika Virgílio Rodrigues da Cunha
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

RONDONÓPOLIS, 29/09/2017.

“Há dez mil modos de pertencer à vida e
de lutar pela sua época!” (Nise da Silveira)

RESUMO

No primeiro semestre de 2015, dei início a um processo de investigação cartográfica dos dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, tal como anunciado no título dessa dissertação, por meio do mergulho nos territórios existenciais de quatro professoras e um professor, tendo em vista um duplo movimento: o da produção de novas subjetividades e o da adoção de uma política de escrita que as reflita enquanto processo, e não enquanto representação. Para cartografar os dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades nos territórios existenciais das colaboradoras e do colaborador da pesquisa, parto de uma perspectiva teórica feminista pós-estruturalista do campo dos estudos de gênero pensado como plural, no qual a masculinidade e a feminilidade, ou, melhor dizendo, as masculinidades e as feminilidades, são produzidas em territórios existenciais polifônicos e multivetoriais. No interior das minhas escolhas metodológicas, tomo algumas ferramentas analíticas elaboradas ou aperfeiçoadas com os estudos *queer*, estudos feministas negros, estudos educacionais pós-estruturalistas e estudos acerca da cartografia, adotando uma atitude implicada, localizada e interseccional. Para compor um quadro político, filosófico, teórico e metodológico possível para essa dissertação, dialogo com Cristhiane Souza Postil, Iraniudes Moraes de Souza, Lázara Ribeiro de Araújo, Márcio Cândido de Oliveira, Patrícia Alves Santos, Lourdes do Nascimento, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), Michel Foucault (1998; 1999b; 1999c), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), Alfredo Veiga-Neto (2012), Eni Puccinelli Orlandi (2003; 2016), Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2007), Judith Butler (2012; 2014), Donna Haraway (1995), Kimberlé Crenshaw (2004), Berenice Bento (2006; 2015), João Manuel de Oliveira (2012), Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia et ali (2015), Joan Scott (1995), Adrienne Rich (2010), Raewyn Connel (2003), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010; 2011), Deivison Faustino Nkosi (2014), Beatriz Pagliarini Bagagli (2016a; 2016b), Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Fernando José Benetti (2013), Luiz Antônio Cunha (2013), Roseli Fischmann (2012), Jimena Furlani (2008), Marcelo Natividade (2016) e Ivone Gebara (2006).

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Interseccionalidade. Educação. Cartografia.

ABSTRACT

In the first half of 2015, I began a process of cartographic investigation of the devices of gender, sexuality and their intersectionalities, as announced in the title of this dissertation, through immersion in existential territories of four female teachers and one male teacher, in view of a double movement: the production of new subjectivities and the adoption of a policy of writing that reflects them as a process, and not as representation. For me to map the devices of gender, sexuality and their intersectionalities in the existential territories of the female collaborators and the male collaborator of the research, I start from a post-structuralist feminist theoretical perspective of the field of gender studies thought in plural form, in which masculinity and femininity, or, rather, masculinities and femininities, are produced in polyphonic and multivectorial existential territories. Within my methodological choices, I take some analytical tools developed or improved with queer studies, black feminist studies, poststructuralist educational studies, and cartographic studies, adopting an involved, localized, and intersectional attitude. For me to compose a possible political, philosophical, theoretical and methodological for this dissertation, I dialogue with Cristhiane Souza Postil, Iraniudes Moraes de Souza, Lázara Ribeiro de Araújo, Márcio Cândido de Oliveira, Patrícia Alves Santos, Lourdes do Nascimento, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), Michel Foucault (1998; 1999b; 1999c), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), Alfredo Veiga-Neto (2012), Eni Puccinelli Orlandi (2003; 2016), Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2007), Judith Butler (2012; 2014), Donna Haraway (1995), Kimberlé Crenshaw (2004), Berenice Bento (2006; 2015), João Manuel de Oliveira (2012), Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia et ali (2015), Joan Scott (1995), Adrienne Rich (2010), Raewyn Connel (2003), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010; 2011), Deivison Faustino Nkosi (2014), Beatriz Pagliarini Bagagli (2016a; 2016b), Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Fernando José Benetti (2013), Luiz Antônio Cunha (2013), Roseli Fischmann (2012), Jimena Furlani (2008), Marcelo Natividade (2016) and Ivone Gebara (2006).

Key-works: Gender. Sexuality. Intersectionality. Education. Cartography.

SUMÁRIO

1. ... UM HODOS-METÁ PARA OS MOVIMENTOS RIZOMÁTICOS DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO CARTOGRÁFICO: UMA INTRODUÇÃO QUE COMEÇA PELO MEIO? ...	p. 9
--	-------------

e

2. ... DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO SOBRE OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES EM ALGUNS TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS ...	p. 25
---	--------------

e

3. ... DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E SUAS INTERSECCIONALIDADES EM UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA ...	p. 42
---	--------------

e

4. ... DA FORMAÇÃO HEGEMÔNICA NEOLIBERAL-CONSERVADORA E DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES NAS ESCOLAS ...	p. 60
---	--------------

e

5. ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DE MOVIMENTOS RIZOMÁTICOS QUE NÃO CESSAM DE ME PERTURBAR ...	p. 82
--	--------------

e

REFERÊNCIAS	p. 87
--------------------	--------------

1. ... UM HODOS-METÁ PARA OS MOVIMENTOS RIZOMÁTICOS DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO CARTOGRÁFICO: UMA INTRODUÇÃO QUE COMEÇA PELO MEIO? ...

- Quem tem pinto, é homem; quem tem buceta, é mulher.
- Já ouvi você dizer que sou meio homem por ser guei.
- Mas você não é homem.
- Até agorinha, você disse que quem tinha pinto era homem.
- Essa conversa está me cansando a beleza.
- Se causa um pouco de confusão nas certezas, pode ser algo bom.

Este excerto faz parte de uma conversa que tive com minha mãe, Lourdes, no primeiro semestre de 2017, enquanto escrevia esta dissertação e assistíamos a um programa sensacionalista de televisão. O tema do programa nesse dia era, supostamente, o da transfobia. Ele foi produzido a partir de atos ilocutórios que tomam as economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista como objetos de um debate possível, avizinjado ao que pretendo fazer ao longo dessa dissertação, a partir de um processo cartográfico localizado, implicado e interseccional dos estudos de gênero e sexualidade.

Embora o termo cissexista esteja sendo usado para adjetivar uma economia significativa, no que se refere à reiteração de papéis sociais de gênero atribuídos a sujeitos com base no dimorfismo sexual, podemos usar o termo cissexual como referência a sujeitos que não são transgêneros, que podem ou não estar bem ajustados socialmente às imposições e expectativas de gênero em nossa sociedade. Para Jaqueline Gomes de Jesus, transgeneridade é “um conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (2012, p. 25). O cissexismo seria, então, nos termos da mesma autora, uma “ideologia resultante do dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas ao sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas ao gênero. (2012, p. 28)

Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), os atos ilocutórios a que me refiro quando uso o conceito de economia significativa dizem respeito à ideia de que a fala produz uma ação que desencadeia outras ações. Isso pode acontecer de múltiplas maneiras. Nesse caso específico, o ato ilocutório produzido por minha mãe é uma tentativa de me convencer a aceitar a fixação de um sentido normativo, cisgênero-heterossexual, para o que é ser homem e para o que é ser mulher, em que sujeitos transgêneros teriam gêneros de mentira (travestis e mulheres trans seriam, na “verdade”, homens; homens trans seriam, na “verdade”, mulheres)

e sujeitos homossexuais teriam gêneros pela metade (gueis seriam meio homens porque a afeminação, “verdade” última da homossexualidade masculina, faria com que não fossem “homens de verdade”; lésbicas seriam meio mulheres porque a masculinização, “verdade” última da homossexualidade feminina, faria com que não fossem “mulheres de verdade”). Mais que isso, seu ato ilocutório reifica um conjunto de representações normativas de gênero e sexualidade que visam enraizar nossas subjetividades em determinadas identidades e homogeneizá-las.

Em ambas as situações, isto é, tanto com relação à transgeneridade quanto com relação à homossexualidade, o gênero e a sexualidade são interpretados de maneira precária, na medida em que são socialmente ilegítimos do ponto de vista das economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista. São socialmente ilegítimos porque as identidades precarizadas que subjetivam sujeitos transgêneros ou sujeitos homossexuais foram produzidas historicamente às margens das posições-de-sujeito normativas legitimadas pelos regimes de verdade dessas economias significantes. Apesar de certas variações históricas de tempo e espaço, a transgeneridade e a homossexualidade foram pensadas a partir dos limites discursivos das categorias de pecado ou crime ou doença ou sem-vergonhice, termos usados por Edward MacRae e Peter Fry (1985) para se referir ao modo como a homossexualidade é interpretada em diferentes contextos sociais.

A noção de economia contida no conceito de economia significativa, bastante usada nos estudos de gênero e sexualidade produzidos por autores e autoras que adotam um movimento de pensamento pós-estruturalista, não possui sentido de análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços vinculados ao mercado e às relações de trabalho. Nesse sentido, a economia significativa se refere ao processo de produção da subjetividade, operada pelo desejo, no interior de um quadro de referências normativas materializado discursivamente, e que, apesar das imposições e expectativas constitutivas dessas normas, não determinam o real de maneira unilateral e homogênea. A realidade não se limita aos efeitos de poder dessas economias significantes, nem pode ser pensada de maneira totalizante, por ser algo que as escapa e as reconstitui, quer seja no sentido de conservá-las, quer seja no sentido de transformá-las, mas necessariamente passam por elas para atualizá-la e reconstituí-la.

Em outras palavras, enquanto houver representações, haverá economias significantes, e, enquanto houver economias significantes, haverá, por um lado, as estruturas de opressão e as desigualdades sociais e, por outro, a possibilidade micropolítica de produção de linhas de fuga, desterritorialização e singularização, isto é, a produção de novas subjetividades que não sessam de proliferar como potência de vida. O desafio seria, então, o de criar modos de

produção de novas subjetividades que desestabilizem essas representações e economias significantes.

No pós-estruturalismo, há um conjunto de posturas políticas, filosóficas, teóricas e metodológicas que partilham a noção de que todo conhecimento produzido pela humanidade e todas categorias sociais precisam ser entendidos em suas historicidades, uma vez que são efeitos de regimes de verdade, redes de saberes e relações de poder, produzidos no interior de um quadro de referências normativas materializado discursivamente que nos permite interpretar a realidade. Guacira Lopes Louro (2003), além de outros autores e autoras que adotam esse movimento de pensamento em suas abordagens teóricas e metodológicas, têm como alguns de seus princípios a crítica dos sistemas explicativos universais e deterministas de identidade, sujeito e estrutura, a crítica dos gestos binários e totalizantes, a crítica da noção de poder como uma instância negativa, central e unificada que rege o todo social, a crítica da noção de verdade como uma instância emancipatória, além da crítica dos modos tradicionais de produção de conhecimento e daquilo que é concebido como a ciência por excelência. Na definição de Michael Peters,

(...) o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um *movimento de pensamento* – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes. (2000, p. 29)

A noção de poder contida no conceito de regime de verdade encontra-se vinculada ao arcabouço teórico de Michel Foucault (1998; 1999b). Para o autor, o poder não é uma repressão unidirecional, nem um lugar ocupável externo aos efeitos do poder, nem tampouco um objeto passível de ser possuído quando ocupamos esse lugar. Ele é uma relação de forças que só pode ser exercida e, além disso, possui um caráter produtivo. Esse exercício acontece por meio de técnicas institucionais e corporais de dominação e pela produção de saberes constitutivos das subjetividades e práticas sociais. Esse caráter produtivo está diretamente ligado ao que ele chama de regime de verdade, por meio do qual o poder é exercido no sentido de validar determinados saberes, em detrimento de outros. Isso quer dizer que o poder produz verdades antes de ideologizar e realidades antes de reprimir.

Michel Foucault rompe com as concepções liberais e marxistas de abordagem do conceito de poder. Ao discorrer acerca da materialidade histórica da luta de classes, do capitalismo e do sistema socioeconômico habitualmente classificado como socialista, para

pensar o conceito de poder, bem como sua “microfísica”, o autor afirma que nem a direita e nem a esquerda, em termos de alinhamento político-ideológico, puseram-no em discurso. Além disso, ele – assim como autores e autoras como Judith Butler (2014) e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), com os quais também dialogarei ao longo dessa dissertação – defende a necessidade de analisar as economias significantes sem subordiná-las à instância econômica, embora não devamos ignorar a exploração capitalista em nenhuma hipótese.

Michel Foucault entende que os efeitos do poder não são produzidos apenas juridicamente por meio da repressão de um corpo de lei proibitivo que visa dizer “não”. Por essa razão, o autor lança a seguinte provocação: “se o poder fosse meramente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (1998, p. 8) Ele responde à própria provocação afirmando que o poder é “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (1998, p. 8). Retomando a crítica à noção de que a verdade é antagônica à ideologia e à repressão, o mesmo afirma ainda que

(...) se o poder só tivesse função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer - e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (1998, p. 148-149)

Michel Foucault afirma que a partir do século XVIII nasce uma nova economia do poder, que permite a circulação de seus efeitos de maneira contínua, ininterrupta, adaptável e individualizada em todos os âmbitos sociais, uma vez que essas novas técnicas são mais eficazes, menos dispendiosas, menos aleatórias em seus resultados e menos suscetíveis de escapatórias e resistências. Essa economia “microfísica” do poder é resultado do nascimento das disciplinas e de um investimento político detalhado do e no corpo que visa docilizá-lo por meio de técnicas institucionais e corporais de dominação. Na análise do autor,

Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (...) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se, então, uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa

maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (1999c, p. 118-119)

Quando demarco a perspectiva interseccional dos estudos de gênero que assumo teoricamente, o que justifica o excerto no início dessa seção da dissertação, faço isso com intuito de chamar a atenção para o fato de que, eticamente, não é possível falar em misoginia sem falar em homofobia e transfobia, ou falar em homofobia e transfobia sem falar em misoginia. Para fazer esse movimento teórico e metodológico, dialogo, sobretudo, com Judith Butler (2012; 2014), Adrienne Rich (2010) e Raewyn Connel (2003), tendo em vista as atitudes políticas dos saberes localizados e da interseccionalidade, elaboradas ou aperfeiçoadas por Donna Haraway (1995) e Kimberlé Crenshaw (2004).

Por um lado, a construção do que Adrienne Rich (2010) denomina heterossexualidade compulsória afeta não apenas sujeitos não-heterossexuais, mas todas as mulheres, mesmo as cisgêneras-heterossexuais, na medida em que as posiciona de maneira hierarquicamente inferior aos homens-cisgêneros-heterossexuais, despotencializando suas possibilidades de exercício de poder em termos de gênero. Por outro, a construção do que Raewyn Connel (2013) denomina masculinidade hegemônica não diz respeito apenas a um patriarcado, mas a um heteropatriarcado, tangenciado, entre outros marcadores de identidade e diferença, pelas economias significantes da branquitude normativa e do capitalismo. Isso quer dizer que, quanto mais as masculinidades se opõem à masculinidade normativa cisgênera-heterossexual-branca-não deficiente-burguesa-do norte global, mais subordinadas elas são.

Ao elaborar o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica e como atitude política, Kimberlé Crenshaw (2004) faz um duplo movimento: ela chama a atenção não apenas para como as mulheres negras são particularmente mais afetadas pelas desvantagens sociais, na medida em que sofrem, de maneira imbricada, as opressões de gênero, raça e classe, mas também para como elas são atravessadas por linhas que as constituem como sujeitos cujas experiências de vida os dotam de uma maneira singular de perceber as formas de opressão e de analisá-las.

A dificuldade de incorporação do debate acerca das formas interseccionais de opressão acontece em razão das maneiras fragmentadas e totalizantes de pensar cada uma delas. A autora conclui, portanto, que, “uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um

desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença” (2004, p. 9). Isso afeta as mulheres negras não apenas pela invisibilização e pelo silenciamento de suas demandas específicas, mas afeta também os discursos políticos que ganham materialidade nas práticas de muitos e muitas ativistas dos movimentos feministas e dos movimentos negros, embora o feminismo negro venha se tornando cada vez mais proeminente no sentido de tensionar os limites das noções dominantes de representação em seu interior e nos dos demais movimentos sociais.

Não se trata simplesmente da abertura dos movimentos feministas e negros, e dos demais movimentos sociais, às demandas específicas das mulheres negras, mas de provocar deslocamentos nas representações políticas unitárias dos sujeitos políticos de todos os movimentos sociais, no sentido de fazer com que todas ou a maior parte das demandas políticas de todos os sujeitos dessas representações sejam, de fato, representadas. Um exemplo disso pode ser lido no excerto abaixo, mais especificamente no artigo 4º do estatuto do Grupo de Apoio a Travestis e Transexuais de Rondonópolis (MT), que dispõe sobre as finalidades da associação da qual sou sócio:

Promover a integração e a cidadania das comunidades [de travestis e transexuais] que sofrem tratamento discriminatório devido à sua condição de gênero, orientação sexual, raça, etnia, faixa etária, por deficiência física, sensorial, cognitiva ou imunológica, sorologia, condição trabalhista, religião, filosofia ou convicção política, por estar em privação de liberdade, em situação de rua ou qualquer outra situação de vulnerabilidade social. (2018, p. 1)

Quando falamos, fazemos isso a partir de um lugar singular, ou, melhor dizendo, de um território existencial, desde um conjunto de experiências e do que Donna Haraway (1995) denomina saberes localizados. A autora defende a necessidade de um feminismo pensado a partir de uma objetividade corporificada e implicada que obrigue o sujeito a se responsabilizar pela sua tomada de posição frente à produção de conhecimento, em uma perspectiva parcial, localizada e crítica. Assumir um pensamento e assiná-lo a partir desse território existencial, apoiado na possibilidade de redes de conexão, de solidariedade política e de conversas compartilhadas, é uma exigência ética e, portanto, um ato politicamente responsável. Estabelecendo um diálogo com Donna Haraway acerca das epistemes feministas, João Manuel de Oliveira discorre sobre como elas devem habitar lugares cada vez mais hifenizados e marcados pela interseccionalidade e pela multiplicidade, desde um conjunto de experiências e saberes localizados. Os hífen são os próprios entremeios entre os marcadores de identidade

e diferença que modificam, de maneira transversalizada, o território existencial e a posição enunciativa de cada sujeito. Nessa perspectiva, o autor afirma que

Com Donna Haraway, torna-se evidente que não é conceptualmente relevante continuar a fazê-lo sem situar estes conhecimentos numa matriz muito mais complexa que engloba as redes onde as mulheres estão, marcadas pela confluência de sistemas múltiplos de opressão e privilégio. Não é possível continuar a produzir uma teoria feminista que atenda exclusivamente ao gênero. Sem abdicar deste conceito nem da sua proficuidade conceptual e analítica, é necessário hifenizar o gênero com questões de sexualidade, raça, classe social e outros sistemas para produzir teorias feministas não unificadas que desafiem esta construção de fronteiras e que possibilitem a análise e a práxis a partir de pontos multifacetados que nos conduzam ao espaço dos hífen, onde nunca se é apenas um ou uma, mas múltiplo. (2010, p. 37)

Há linhas que constituem meu território existencial no plano molar das economias significantes como guei *e* cisgênero *e* afeminado *e* promíscuo *e* branco (no Brasil e nos países ocidentais do sul global) *e* latino (algo que não apenas me situa geograficamente no Brasil e nos países do sul global, mas que me racializa nos termos da econômica significante da branquitude normativa dos países ocidentais do norte global) *e* proletário *e* comunista *e* agnóstico *e* professor de História contratado da Educação Básica *e* estudante de um programa de pós-graduação em Educação *e* estudioso das questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva pós-estruturalista *e* sócio do Grupo de Apoio a Travestis e Transexuais de Rondonópolis (MT) (GATTRS)...

Por mais que os marcadores sociais não se esgotem, nem determinem, de maneira definitiva, como ocorrerá meu processo molecular de desterritorialização e singularização, estou posicionado no interior de economias significantes que reificam as formas de opressão e me conferem, independente dos meus posicionamentos teóricos e políticos, tanto privilégios quanto desvantagens sociais. Ignorar isso é o mesmo que fechar os olhos para as zonas de invisibilidade e silenciamento tão arduamente denunciadas e combatidas pelos movimentos sociais, de um modo geral.

O exercício de localização dos saberes e de delineamento do território existencial a partir do qual falamos é importante para pensar e repensar nosso processo ético de implicação com os territórios existenciais que habitamos, em todos os momentos de uma pesquisa e para além dela. Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros afirmam que “toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente” (2015, p. 150-151). O que existe, portanto, é uma relação de coprodução e coemergência, por meio da qual os sujeitos que participam da pesquisa,

incluindo o próprio pesquisador ou a própria pesquisadora, constroem suas experiências de pertencimento e engajamento.

Tal afirmação ativa linhas da minha rede de memória que me remetem à minha relação política com os estudos de gênero e sexualidade desde o primeiro semestre de 2013, por ocasião do processo de produção da minha monografia, quando eu cursava o penúltimo semestre do curso de Licenciatura Plena em História, também pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Minha monografia tinha como tema central as relações entre a heteronormatividade, a homofobia e o fundamentalismo cristão, período em que comecei a me enunciar guei. Nesse período, eu estava me recuperando de um transtorno psicossomático, ao que tudo indica depressão, que compreendia sintomas como impotência, apatia, tristeza, irritabilidade, baixa autoestima e pulsão suicida. Alguns desses sintomas me acompanhavam desde o início da adolescência, mas foram se acentuando com o passar do tempo.

Foi nas situações de violência que experienciei na infância e na adolescência, sendo achincalhado de “bicha”, “veado” e outros termos, antes negativados e agora positivados, que aprendi sobre como ser afeminado é algo não-desejável e fora das normas de gênero e sexualidade que constituem a masculinidade hegemônica nos marcos da binariedade de gênero e da heterossexualidade compulsória. Isso sem falar que tais situações de violência começaram muito tempo antes de eu começar a me relacionar afetiva e sexualmente com sujeitos do mesmo sexo. É como se os signos que habitavam e habitam meu corpo expressassem a “verdade” última da homossexualidade por si só e como se ela devesse existir apenas às margens dos regimes de verdade das economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista, enquanto uma ideia a ser superada de pecado ou crime ou doença ou sem-vergonhice.

A suposta reorientação da homossexualidade à heterossexualidade deveria ocorrer, então, por meio do apagamento de tais signos do meu corpo em desconformidade com o gênero masculino que me foi imposto para ser performado e ganhar materialidade de acordo com tais normas. Uma expressão de gênero normativa acompanhada da enunciação da heterossexualidade seria uma garantia em si mesma da heterossexualidade(-cisgênera) e de que ela é majoritária? Ou essa identidade estaria, como todas as outras e desde sempre, enquadrada pelos efeitos de poder das economias significantes que a impõe enquanto norma? Essas questões não são uma mera provocação; constituem uma problematização da noção enraizada de que a heterossexualidade é naturalmente majoritária, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Na tentativa de assimilar essas normas e de me conformar a elas, falhei mais vezes do que sou capaz de contar e fui porta-voz da violência que também sofri, o que me tira da posição de vítima sem capacidade de agência. Sempre estive, desde que me entendo por gente, imerso em um plano de exigências éticas que me afetavam e mobilizavam em mim uma atitude implicada, embora eu ainda não dispusesse de um repertório teórico e político que me permitisse nomear isso dessa maneira e embora eu só tenha me implicado nas questões de gênero e sexualidade a partir do processo de produção da minha monografia. Esta dissertação partiu, então, desse lugar político, que é anterior a ela.

Em casa, minha mãe se esforçava para fazer de mim um “macho de verdade” que lhe desse orgulho. Muitas foram as vezes em que minhas mãos foram estapeadas para que eu não as desmunhecasse. Ela não entendia, e eu também não, que um “gesto que escapa”, escapa porque nunca deveria ter sido tolhido. Por mais que eu tentasse, eu não conseguia construir em torno de mim uma carapaça masculinizante forte o suficiente para me proteger do mundo exterior. Meu corpo era habitado por signos que o faziam fugir dos desígnios da binariedade de gênero e da heterossexualidade compulsória.

Quem conta como macho de verdade? Que condições materiais e discursivas permitem a um sujeito que ele se torne esse macho de verdade? Mais do que uma constatação objetiva de uma suposta natureza biológica masculina, o enunciado “macho de verdade” é reificado por meio de uma rede de práticas que só é passível de se tornar uma realidade possível no interior de um quadro de referências normativas que, além de masculinista, é cissexista e heterossexista. A afeminação, reificada pela desmunhecação, pelos tapas nas mãos para interditar o gesto que escapa, pela fechoação e reafirmação do gesto que não deveria ser tolhido, pela “voz aviada” que não é lida nem como masculina e nem como feminina, entre outras práticas, constituem as margens do quadro de referências normativas por meio do qual aquilo que é tido como sinônimo do que é ser macho de verdade ganha materialidade.

Minha mãe não é uma das colaboradas oficiais desta pesquisa, mas a maneira como ela habitou e habita meu território existencial é fundamental para delinear esse território a partir do qual falo e busco criar novas subjetividades que deem um sentido-outro à minha vida. ... Nascida em Guaraniáçu, no Paraná, saiu de casa aos dezoito anos. Nessa época, ela morava em Fraiburgo, Santa Catarina, estado onde minha avó nasceu. Conheceu um traste, quando morou em Tucuruí (PA) e foi morar com ele em Carolina (MA). Engravidou, ganhou um menino, meu irmão, o Leandro. Quando o menino tinha quatro meses, ele, o traste, a abandonou. Foi para a casa dos outros, trabalhar de empregada doméstica, para criar o menino. Mas tudo bem... Foi morar com um casal, com uma família muito boa que a ajudou

muito. Inclusive, o menino, agora um homem, vive lá até hoje. Já tá com 32 anos. Já lhe deu um neto lindo, meu sobrinho. Veio passar o final de ano de 2016 conosco. Depois conheceu o meu pai, o Oli, e foi tentar um novo casamento. Conviveram juntos três anos. Ele pegou uma doença, a malária, e morreu. Ela ficou comigo, de novo, sozinha, com dois meses de idade. Aí começou tudo de novo... Ela não estudou. Quem não estuda, segundo ela, precisa ir para a casa dos outros para trabalhar de empregada ou serviço braçal.

Hoje nos damos muito bem. Sou seu companheiro, seu amigo. Da mesma forma, ela também é minha companheira e amiga. Aos vinte anos, eu decidi me abrir com ela, e contar que era guei. Mas, no entanto, como costuma dizer, ela já sabia. Desde os sete, oito anos, eu já era bem afeminado. Ela bateu muito nas minhas mãos para eu não desmunhecar. Não adiantou nada... Mas hoje, ela, que é católica e costuma dizer “graças a Deus” frequentemente, afirma que nós somos muito amigos. E somos. Nos damos muito bem. Estamos aí, estamos vivendo. Ela espera que eu termine este mestrado, que futuramente eu consiga fazer um doutorado...

Estes dois últimos parágrafos são retranscrições em terceira pessoa de um áudio que ela me enviou em uma rede social de troca de mensagens instantâneas, com pequenas intervenções que não retiraram o “tom vital” do texto, na qual eu pedi para ela falar acerca de sua própria vida. Danielle Jardim Barreto usa uma política de escrita com relação às falas dos colaboradores e das colaboradoras da pesquisa chamada transcrição, conceito elaborado por José Carlos Sebe Bom Meihy. Segundo a autora, “transcrição é uma estratégia ‘roubada’ da literatura e busca manter a performance vivida durante as entrevistas d@s professor@s colaborador@s, para que quem leia sinta também a intensidade de quem escutou, de quem entrevistou” (2016, p. 34). A mesma afirma ainda que essa é uma maneira de “dar humanidade à pesquisa com seres humanos, respeitar a voz e a intenção política dessas vozes colaboradoras” (2016, p. 34).

No primeiro semestre de 2015, dei início a um processo de investigação cartográfica dos dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, tal como anunciado no título dessa dissertação, por meio do mergulho nos territórios existenciais de quatro professoras e um professor, tendo em vista um duplo movimento: o da produção de novas subjetividades e o da adoção de uma política de escrita que as reflita enquanto processo, e não enquanto representação. Isso aconteceu algum tempo depois de eu ter começado a cursar os primeiros créditos oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Essa dissertação parte, portanto, desse lugar institucional.

A orientação de que o método precisaria ser redefinido ocorreu dois meses antes disso, assim que o orientador dessa dissertação me informou que tinha interesse em orientá-la. Em um primeiro momento, recorri à produção teórica “Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”, organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Incursionados pelo pensamento cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o autor e as autoras definem seu sentido da seguinte maneira: “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção de subjetividade, conexão de redes ou rizomas” (2015, p. 10).

Entre as pistas que guiam a investigação cartográfica, o autor e as autoras (2015, p. 14-15) destacam: a indissociabilidade entre conhecimento e transformação, tanto da realidade quanto dos sujeitos envolvidos na pesquisa; o mergulho dos sujeitos envolvidos na pesquisa no plano de implicações cruzadas dos territórios existenciais; o uso de dispositivos, e seus movimentos-funções, para produzir uma rede de práticas e funcionamentos nos agenciamentos que serão estabelecidos nos territórios existenciais, tendo em vista o desenvolvimento de práticas de acompanhamento dos processos de produção de subjetividades; a mudança das práticas de narrar os textos de pesquisa. Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros sintetizam isso afirmando que

Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal. O método da cartografia implica também a aposta ético-política em um modo de dizer que expresse processos de mudança de si e do mundo. (2015, p. 170)

Os conceitos de rizoma, multiplicidade, agenciamento, molaridade, molecularidade, desterritorialização e singularização, usados por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), funcionam como elementos dos dispositivos de fazer-ver e fazer-falar, usados pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras, aprendizes-de-cartógrafos, por meio dos quais novas subjetividades são produzidas por todos os sujeitos envolvidos em um determinado processo cartografado. O próprio conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault (1998), também se constitui como um desses elementos. Ao invés de nomear o método desta dissertação como cartográfico, talvez seja mais coerente pensá-la como tendo uma inspiração cartográfica, uma vez que a cartografia recusa seu aprisionamento no interior de um método prescritivo, com normas fechadas em torno de si mesmas. Nessa perspectiva, Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros afirmam que

O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. (2015, p. 15)

Para cartografar os dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades nos territórios existenciais das colaboradoras e do colaborador da pesquisa, parto de uma perspectiva teórica feminista pós-estruturalista do campo dos estudos de gênero pensado como plural, no qual a masculinidade e a feminilidade, ou, melhor dizendo, as masculinidades e as feminilidades, são produzidas em territórios existenciais polifônicos e multivetoriais. No interior das minhas escolhas metodológicas, tomo algumas ferramentas analíticas elaboradas ou aperfeiçoadas com os estudos *queer*, estudos feministas negros, estudos educacionais pós-estruturalistas e estudos acerca da cartografia, adotando uma atitude implicada, localizada e interseccional.

Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), a molaridade, a que me referi quando usei o conceito combinado de plano molar das economias significantes, diz respeito ao polo estratificado, e, portanto, antagônico, daquilo que os autores denominam agenciamentos, enquanto a molecularidade diz respeito à maneira como o sujeito investe e participa da reprodução desses agenciamentos, algo que depende do território existencial habitado. No interior desses planos, e deles sempre escapando sem, no entanto, se tornarem desterritorialização e singularização puras, mas um vir-a-ser permanente, os autores chamam a atenção para o conceito de multiplicidade, por meio da qual a realidade é constantemente atualizada e reconstituída. Melhor dizendo, as multiplicidades constituem e são o próprio movimento heterogêneo de constituição da vida, de modo que elas não supõem totalizações representáveis. Nessa perspectiva, os autores distinguem as multiplicidades arborescentes, tidas como enraizadoras e homogeneizantes, das multiplicidades rizomáticas, tidas como desterritorializantes e singularizantes. Segundo eles, há

De um lado, as multiplicidades extensivas, divisíveis e molares; unificáveis, totalizáveis, organizáveis; conscientes ou pré-conscientes; e, de outro, as multiplicidades libidinais inconscientes, moleculares, intensivas, constituídas de partículas que não se dividem sem mudar de natureza, distâncias que não variam sem entrar em outra multiplicidade, que não param de fazer-se e desfazer-se, comunicando, passando umas nas outras no interior de um limiar, ou além ou aquém. (1995, p. 44-45)

Em um diálogo com Gilles Deleuze e Félix Guattari, Cintya Regina afirma que “o movimento rizomático como preceito de pensamento e de crítica se faz no mesmo golpe de recusa ao imperativo ontológico lastreado pelo verbo ser” (2016, p. 71). O verbo “ser” enraíza o sujeito e as multiplicidades em representações que os homogeneizam. O conceito de multiplicidade rizomática a que se referem Gilles Deleuze e Félix Guattari, diferentemente, diz respeito às linhas ou dimensões que se complexificam à medida em que se englobam umas às outras e vão se abrindo a novas linhas e dimensões, permitindo novas conexões e possibilitando a ampliação do território existencial mediante desterritorialização, singularização e criação de novas subjetividades, daí o uso da conjunção “e” quando me referi, por exemplo, às linhas que me constituem no plano molar das economias significantes. Nos termos dos próprios autores,

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (1995, p. 36)

A investigação cartográfica exige, como eu afirmei anteriormente, o uso de dispositivos, e movimentos-funções, para produzir uma rede de práticas e funcionamentos nos agenciamentos que serão estabelecidos nos territórios existenciais, tendo em vista o desenvolvimento de práticas de acompanhamento dos processos de produção de subjetividades. Um dispositivo é, então, mais do que um mero mecanismo ou uma mera engrenagem. Não está pautado em uma relação linear de causa e efeito. Ele é uma maquinação operada pelo desejo. Uma maquinação foge da noção de representação, algo contra a qual a atitude cartográfica se insurge. Ela remete, portanto, aos agenciamentos, e estes comportam fluxos de desterritorialização e singularização, algo fundamental no processo de produção de novas subjetividades. Produzir subjetividade é criar. Michel Foucault concebe o conceito de dispositivo da seguinte maneira:

Através deste termo, tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição,

modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose. (1998, p. 244)

A relação de oposição entre o pesquisador ou a pesquisadora e os colaboradores e as colaboradoras, muitas vezes tomados como realidades previamente dadas, é dissolvida. A pesquisa deixa de ser concebida como um produto intelectual *in vitro*, isolado, pronto e acabado, do pesquisador ou da pesquisadora, supostamente conscientes, para tirar sujeitos, supostamente inconscientes, do obscurantismo do não-saber. Essa é a razão pela qual, em uma investigação cartográfica, não faz sentido falar em coleta de dados, e sim em produção de dados. Os colaboradores e as colaboradoras deixam de serem meros fornecedores e fornecedoras de dados que precisam ser coletados ou meros depósitos de saberes elaborados pelo pesquisador ou pela pesquisadora. Este e esta são mobilizados a adotar a postura de “estar com” e não de “saber sobre”. Johnny Alvarez e Eduardo Passos afirmam que “cartografar é sempre compor com o território existencial, engajando-se nele” (2015, p. 135). Criticando a postura de “saber sobre”, os autores afirmam que

O “saber sobre” afirma um paradigma epistemológico ou uma política cognitiva que busca controlar o objeto de estudo em sua manifestação presente e futura, valendo-se de modelos explicativos que contam com uma repetição no futuro determinada por regras gerais. Conhecer aqui é controlar variáveis da realidade, antecipar o futuro, determinar a regularidade do fenômeno. Esse *ethos* da pesquisa pressupõe o ideal purificador da ciência que busca o testemunho fidedigno dos fatos em seu poder de confirmar ou refutar as hipóteses de trabalho. (...) O “saber com”, diferentemente, aprende com os eventos à medida que os acompanha e reconhece neles suas singularidades. Compreende de modo encarnado que, mais importante que o evento em geral, é a singularidade deste ou daquele evento. Ao invés de controlá-los, os aprendizes-cartógrafos agenciam-se a eles, incluindo-se em sua paisagem, acompanhando os seus ritmos. (2015, p. 143)

A implicação dos sujeitos diretamente envolvidos na investigação cartográfica, incursionada pelo pesquisador ou pela pesquisadora, é condição do protagonismo e da inclusão ativa deles, bem como do objeto do conhecimento, aqui pensado como rizomático, no processo de produção de novas subjetividades. Isso, por si só, desencadeia um processo de intervenção na realidade, desestabilizando a hierarquia dos diferentes e a massificação ou o corporativismo dos iguais. Isso se torna possível na medida em que todos e todas mergulham no plano de implicações cruzadas dos territórios existenciais.

Para compor um quadro político, filosófico, teórico e metodológico possível para essa dissertação, dialogo com Cristhiane Souza Postil, Iraniudes Moraes de Souza, Lázara Ribeiro de Araújo, Márcio Cândido de Oliveira, Patrícia Alves Santos, Lourdes do Nascimento, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), Michel Foucault (1998; 1999b; 1999c), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), Alfredo Veiga-Neto (2012), Eni Puccinelli Orlandi (2003; 2016), Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2007), Judith Butler (2012; 2014), Donna Haraway (1995), Kimberlé Crenshaw (2004), Berenice Bento (2006; 2015), João Manuel de Oliveira (2012), Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia et ali (2015), Joan Scott (1995), Adrienne Rich (2010), Raewyn Connel (2003), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010; 2011), Deivison Faustino Nkosi (2014), Beatriz Pagliarini Bagagli (2016a; 2016b), Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Fernando José Benetti (2013), Luiz Antônio Cunha (2013), Roseli Fischmann (2012), Jimena Furlani (2008), Marcelo Natividade (2016) e Ivone Gebara (2006).

Cristhiane, Iraniudes, Lázara, Márcio e Patrícia são as colaboradoras e o colaborador dessa dissertação. Convidei-as e convidei-o para participarem dessa pesquisa porque percebi, por meio das conversas informais que tínhamos, quando eu ainda exercia as funções de técnico administrativo educacional na secretaria do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Rondonópolis (MT), no qual todas e todos nós trabalhávamos, que os temas de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades já eram debatidos em suas aulas. A convicção de que esses sujeitos dariam continuidade a esse debate, tendo em vista o momento histórico conturbado de retrocessos democráticos que estamos vivendo, e de emergência de uma pseudoteoria religiosa do tipo fundamentalista que classificou e nomeou o campo teórico heterogêneo dos estudos de gênero e sexualidade como “ideologia de gênero”, alimentou meu desejo de querer firmar uma aliança micropolítica com eles.

Os textos produzidos a partir de cada território existencial e no plano de implicações cruzadas do território existencial que habitamos juntos foram muito importantes na composição do processo cartográfico dos dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades e na escrita dessa dissertação, o que mobiliza em mim a necessidade ética de defesa da inclusão de seus nomes no quadro político, filosófico, teórico e metodológico dessa dissertação, desde o resumo até as referências bibliográficas. Assim como Pedro Paulo Gomes (2015) abre-se a teorias-outras, como as de Cilene, colocando a possibilidade de encontro com outros territórios existenciais e outros modos de ser e existir no mundo, des-hierarquizando os limites discursivos entre o que vale mais e o que vale menos

em termos de referência para pensarmos cientificamente, Berenice Bento nos provoca da seguinte maneira:

Se a pessoa está produzindo sentidos para sua vida, interpretando sua existência, por quais razões não a citar em minhas referências bibliográficas, conferindo-lhe uma legitimidade de produção de sentidos e interpretação do mundo da mesma ordem que atribuo, por exemplo, à Butler? O Pedro Paulo me auxiliou a pensar nessas questões. Ele vai dizer que o texto do Foucault tem a mesma importância que os da Cilene, uma travesti colaboradora de sua pesquisa. (2015, p. 150-151)

2. ... DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO SOBRE OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES EM ALGUNS TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS ...

Em 2013, comecei a trabalhar como técnico administrativo educacional (TAE) no CEJA “Prof. Alfredo Marien”. Além de não me sentir suficientemente preparado para ser professor – como se houvesse uma receita... –, tinha medo da instabilidade profissional de ser interino em início de carreira, ainda mais em uma instituição de ensino cujo calendário letivo era trimestral e funcionários e funcionárias corriam o risco de ficar desempregados na passagem de um trimestre para o outro, uma vez que as matrículas e rematrículas dos e das estudantes tendiam a reduzir drasticamente no segundo e terceiro trimestres. Desde abril de 2017, venho exercendo a função de professor de História em outra escola, curiosamente na condição de interino, em início de carreira, sem nenhuma receita...

Ser um técnico, por outro lado, me colocava em uma posição que, mesmo sendo subalternizada em termos hierárquicos, me possibilitava ter um contato estratégico não apenas com os sujeitos que trabalhavam comigo, no mesmo setor, mas, também, com os que trabalhavam em outros setores, como as faxineiras, as merendeiras, os e as vigias, os professores e as professoras, os coordenadores e as coordenadoras, a diretora e o diretor em suas respectivas gestões, além dos e das estudantes, cada qual com suas singularidades, mas, ao mesmo tempo, compartilhando entre si linhas que os constituem como sujeitos da classe trabalhadora, predominantemente negros e predominantemente adultos, embora o público jovem tenha crescido.

Até o momento da investigação cartográfica, no primeiro semestre de 2015, os sujeitos que trabalhavam no CEJA “Prof. Alfredo Marien”, em Rondonópolis (MT), ainda eram orientados a se articularem em grupos de estudo, em uma escala de uma hora semanal, ao longo de um ano, para discorrerem acerca de uma obra específica, no final do ano letivo, em um colóquio organizado pela equipe gestora da instituição. Ineri-me como um pesquisador implicado no espaço institucionalizado dos extintos grupos de estudos da instituição de ensino para que pudéssemos conversar acerca dos temas de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, tendo em vista seus atravessamentos no espaço das escolas, com os limites e as possibilidades decorrentes disso. O convite foi bem aceito. Foram treze encontros, que não tiveram dia e horário fixos. Criei um grupo em um aplicativo de trocas de mensagens instantâneas de celular para nos comunicarmos com mais agilidade, onde discutíamos sobre os temas que mobilizavam nossos encontros e as alterações no dia e no horário dos encontros.

Inicialmente, minha atenção se encontrava aberta e os critérios de seleção elaborados depois, provisoriamente suspensos. Isso é importante no rastreio de pistas que indicam processualidades não-representáveis e no reconhecimento atento de algumas delas, tendo em vista as relações de coexistência entre elas, enquanto componentes de uma “janela-micro” onde enfocamos, e a “janela-paisagem” onde entramos com a atenção aberta, conceitos elaborados por Pierre Vermersch e citados por Virgínia Kastrup (2015). Aquilo que a autora entende como sendo o reconhecimento atento das pistas que enfocamos durante o rastreio cartográfico se deu ao longo dos treze encontros.

Em um primeiro momento, apresentei brevemente a proposta desta dissertação às colaboradoras e ao colaborador da pesquisa, pedi para elas e ele falarem, por meios de textos, sobre quem são e sobre o que sabem acerca desses temas e até que ponto eles estão presentes em suas práticas pedagógicas. Assumimos o compromisso de ler textos teóricos, tendo em vista a proposta do grupo de estudo e a demanda do colóquio, apenas em um segundo momento. Nossas primeiras discussões foram agenciadas, portanto, pelos textos de suas autorias, baseados nas perguntas que fiz. Os textos produzidos por elas e por ele constituem as pistas que compõem a “janela-micro” na qual exercitei o reconhecimento atento e a transcrição.

Todos os textos produzidos estavam, invariavelmente, atravessados por linhas que as e o compõem no plano molar das economias significativas como

- Cristiane...
... uma mulher e negra e heterossexual e jovem e proletária e mãe de um filho e católica e licenciada em Matemática e especialista em Matemática para Educação Básica e professora efetiva de Matemática;
- Iraniudes...
... uma mulher e branca e heterossexual e proletária e mãe de dois filhos e uma filha e católica e licenciada em Ciências Biológicas e bacharel em Direito e especialista em vigilância sanitária e epidemias e professora contratada de Biologia, “Ciências” e, eventualmente, de Física e Química, até o momento da investigação cartográfica;
- Márcio...
... um homem e negro e guei e proletário e pai de um filho e uma filha e católico e licenciado em Letras com habilitação em Literatura da Língua Portuguesa e especialista em Língua Portuguesa e mestre em Educação, tendo pesquisado acerca de aspectos da

escrita de estudantes do CEJA “Prof. Alfredo Marien” e professor efetivo de Língua Portuguesa e, eventualmente, de Língua Inglesa;

- Lázara...

... uma mulher e branca e heterossexual e idosa e proletária e alfabetizada aos quinze anos, fora da chamada “idade certa” e mãe de dois filhos, tendo sido um deles assassinado barbaramente e socialista e católica e licenciada em História e especialista em história do Mato Grosso (MT), tendo pesquisado acerca da dupla jornada de trabalho da professora de História em Rondonópolis (MT) e professora efetiva de História;

- Patrícia...

... uma mulher e não-branca e heterossexual e proletária e socialista e cristã e licenciada em Letras com habilitação em Língua Inglesa e especialista em didática e metodologia do Ensino Superior e mestranda em Educação e pesquisadora de infância, gênero e religião nas memórias de mulheres na formação em Pedagogia e professora contratada de Língua Inglesa, e, eventualmente, de Artes, até o momento da investigação cartográfica.

Há linhas que, na percepção que Cristhiane tem de si, a compõem como uma mulher que gosta muito de ser docente, acredita na educação como sendo a única maneira de socializar crianças, jovens e adultos. É muito amorosa com sua família, tem bom humor, gosta de boa música e de pessoas positivas. É católica, mas hoje está um pouco afastada das suas atribuições na igreja. É fruto de uma família unida e, como todas as outras, com problemas e diferenças. Seu pai foi alcoólatra. Sua mãe sempre trabalhou dois períodos e estudava à noite, então assumiu responsabilidades logo cedo. Aos sete anos, já preparava as refeições e cuidava de sua irmã. Aos treze anos, ainda cursando o Ensino Básico, começou a namorar seu esposo e se casou aos dezessete anos.

Acredita que tem muito a fazer no trabalho. É diretora de uma escola estadual e pretende prestar serviço à comunidade, dando dignidade às crianças e a seus e suas familiares. Quando perguntei sobre como os conceitos-dispositivos desta pesquisa estão presentes em suas práticas pedagógicas, ela afirmou que aprendeu muito com as pessoas, principalmente com seus colegas professores e suas colegas professoras, alunos e alunas, e amigos e amigas do CEJA “Prof. Alfredo Marien”, onde conheceu todos e todas que participaram desta pesquisa. É observadora e gosta de opinar, desde que com fundamentação teórica. Cristhiane conta que ficou muito feliz por ter sido convidada a participar da pesquisa de campo que coordenei, mas, ao mesmo tempo, diz que sente muito por não ter conseguido tempo suficiente para participar mais ativamente e aprender mais. Mas, ainda assim, afirma que

aprendeu muito conosco e tem certeza que tem aplicado muito do conhecimento que foi construído coletivamente em seu dia a dia.

Há linhas que, na percepção que Iraniudes tem da percepção que outros sujeitos têm dela, a compõem como uma pessoa determinada, simpática, trabalhadora, prestativa, amiga (mesmo estando longe, sabem que podem contar com ela). Em muitos momentos, é mal interpretada por aqueles que não a conhecem tão intimamente (e que lhe dão adjetivos como metida, nariz empinado). Mas, quando têm a oportunidade de conhecê-la, percebem o quanto estavam enganados. Acima de tudo, é mãe: mãe de três crianças lindas. Tem uma luta diária para mostrar valores fundamentais aos filhos, como amar acima de todas as coisas e respeitar ao próximo, independente de gênero, sexualidade, raça ou classe. É uma pessoa que enfrentou o preconceito de uma sociedade de mente retrógrada. Como sempre foi uma jovem alegre, que sempre gostou de dançar a noite toda e que era educada com todos, sempre foi vista como PUTA ou dada.

Ela vem de uma família extremamente tradicionalista, sendo o “homem-macho” que mandava em casa, tomava todas as decisões financeiras, educacionais e familiares. Foi criada por seus avós, e seu avô era o Senhor, não aceitava negativas da esposa em nenhum aspecto. Sua mãe quebrou protocolo: casou-se e separou-se do seu pai. Tanto a sociedade, quanto os familiares, excepcionalmente seu avô, não aceitavam tal atitude. Com isso, seu avô ganhou sua guarda judicial e a de sua irmã. Nunca viu o homem como o “macho” e a mulher como a “fêmea”, apesar de ter sido educada em uma família com essa forma de pensar totalmente enraizada. No entanto, isso não a fazia feminista [sic] e nem preconceituosa, pois sempre foi muito incentivada a ser independente e a ter um curso superior. O grande incentivador foi seu avô.

É interessante notar como ela ressignifica as normas de gênero e sexualidade, ora transgredindo-as e ora se conformando a elas, ao produzir linhas em seu processo de subjetivação que a constituem como um sujeito que superou tudo isso (o preconceito de uma sociedade de mente retrógrada) e mostrou que a mulher pode, sim, dançar, dar risadas sem precisar ser vulgar ou... PUTA. Enfrentou, ainda, preconceito quando se viu separada com filhos, tendo que ser mãe solteira, profissional e mulher com vontade de viver e ser exemplo para seus filhos. Enfrentou vários momentos intensos de preconceitos e os superou. E hoje se sente feliz por tal atitude e por ver seus filhos com uma visão e tranquilidade em viver e enfrentar situações de uma sociedade camuflada ao dizer que não é preconceituosa. Iraniudes é uma pessoa realizada e feliz com os filhos que tem, com a profissão, os amigos conquistados e por ser toda diferente, mas normal, que ainda serve de exemplo para muitos.

Quando perguntei sobre como os conceitos-dispositivos desta pesquisa estão presentes em suas práticas pedagógicas, ela afirmou, por meio de um texto escrito, que não tem um vasto conhecimento sobre gênero [enquanto categoria analítica assumida como um dispositivo de produção de novas subjetividades], mas, como se considera atenta e sempre em busca de temas relacionados à educação, tem procurado ler sobre essa questão, mas não crê que seja grande a aprendizagem. Acha que deve buscar mais ainda.

O enunciado de Iraniudes sobre ser ou não ser puta não emerge como contemplação da noção de que a prostituição é ou pode ser libertária em termos de gênero, nem como contemplação dos valores conservadores de “uma sociedade de mente retrógrada” e “uma família extremamente tradicionalista” que pesam materialmente sobre os corpos das mulheres cisgêneras e dos sujeitos traidores do gênero imposto ao corpo normativamente designado como masculino, sobretudo as travestis e mulheres transexuais. “P-U-T-A”, no enunciado de Iraniudes, emerge, portanto, como crítica de uma categoria acusatória e do enquadramento de determinados comportamentos que tal acusação visa normalizar. A categoria “puta” não se aplica apenas às mulheres que devem ser controladas, mas à própria composição e manifestação do gênero feminino ao pressupor um modo prototípico de como as mulheres devem ser e se comportar, no sentido de uma normalização.

Há linhas que, na percepção que Lázara tem de si, a compõem como uma mulher que tem observado sempre (e esta é uma característica sua) que nunca foi de desistir das coisas, que sempre vai até o fim, até acabar. É interessante notar como ela ressignifica as normas de gênero e sexualidade, ao produzir linhas em seu processo de subjetivação que a constituem como um sujeito que, desde criança, buscava aquilo que queria na vida. Isso não quer dizer que ela sempre ganhou. Muitas vezes, se perde mais do que se ganha. Mas, se ela perdeu, não foi por ter deixado de lutar: perdeu porque perdeu.

Nunca se esquece de um acontecimento que marcou sua vida quando ela era criança (que ela, inclusive, falou a mim e ao grupo mais de uma vez): o primeiro embate que ela teve com a moral imposta pela família quando ela tinha uns cinco anos, mais ou menos. Ela e seu irmão estavam na casa dos avós maternos. Quando todos colocaram a comida no prato, seu irmão foi para sala sentar com o seu avô, e ela, logo em seguida, também. Seu avô disse assim: “vai pra cozinha: lugar de mulher é na cozinha, e não na sala”. Ela tinha só cinco anos. Era muito pequena, mas foi chorando para cozinha. Aquilo mexeu muito com ela. “Mas por que mulher não pode jantar na sala? Por quê? O que tem a ver?” Ela não entendia aquilo.

Foi a primeira vez que sentiu que era diferente, que pensava diferente. Hoje, a partir de linhas de fuga que produz em seu processo de subjetivação e de um repertório conceitual que

lhe permite ressignificar as linhas de memória das experiências vividas, ela vê isso criticamente, e lança perguntas como estas que transcrevi. Na época, é claro, ela não via o mundo assim. Pôs-se a chorar, mas sem entender porque fizeram aquilo com ela. Ela não aceitava. Era algo incontrollável. Cresceu assim: sempre apanhando de seu pai e de sua mãe porque, na perspectiva deles, ela extravasava. Onde viviam, mulher não podia tirar sobrelha, e ela tirava. Mulher não podia ficar no meio de muitos homens conversando, e ela ficava. Ela conta rindo que apanhava depois, mas ficava. Assim, ela sempre foi de romper barreiras, de romper aquilo que é imposto. Ela nunca aceitou passivamente o que é imposto.

Sempre procurava romper com os padrões morais impostos pela família: defendia o divórcio, enquanto os outros familiares diziam ser pecado; frequentava lugares (sala da casa, ir à festa e dançar com todos que a chamassem, jogar baralho, vestir calça comprida etc). Comprava briga com qualquer pessoa que dissesse: “isso é coisa de homem e mulher não pode fazer”; “mulher é fraca”; “mulher chora à toa”; “o homem se defende e a mulher comove com as lágrimas”; “mulher é igual a uma roupa branca: qualquer respingo, mancha”. Tudo isso a deixava indignada!

Agora, depois dos seus sessenta anos, ela já aceita muitas coisas porque “a própria vida vai fazendo com que a gente perceba que as coisas não são só do jeito que a gente quer”, conta em um tom conformado e ameno. Entretanto, isso não a impede de sempre defender aquilo de que gosta. Mas tem o outro lado, que ela acha que pode ser uma fraqueza: defende seu ponto de vista até o ponto que ela veja que não vai magoar as outras pessoas. Ela se preocupa muito com isso: em magoar o outro. E hoje, às vezes, ela se cala. Se percebe que vai magoar as outras pessoas, se cala, e segue sua vida. Lázara acha que chega uma certa idade em que a gente olha mais para dentro de si, para o que é bom para gente. Hoje ela afirma estar nessa fase. Não importa muito se está certa ou se está errada, ela quer se sentir bem, quer ser feliz. Sempre gostou do que faz. Como disse outras vezes, ela não fez curso de História por fazer. Ela o fez porque quis, porque era o seu sonho. Gosta de ser professora e gosta da sala de aula. Atualmente, está em desvio de função em razão de transtornos psicossomáticos decorrentes do assassinato do filho.

Quando perguntei sobre como os conceitos-dispositivos desta pesquisa estão presentes em suas práticas pedagógicas, ela afirmou, por meio de um texto escrito, que sempre procurou respeitar cada pessoa na sua individualidade. Na condição de professora-educadora (como ela se vê na escola), sempre procurou fazer uma ponte entre sexualidade, aspectos culturais e religiosos. Ela não perde a oportunidade de mudar o norte de uma aula para discutir ou esclarecer sobre o assunto quando abordado. Se ele vem em forma de preconceito, trabalha a

individualidade e o respeito pelo outro ou a outra; se aparece em forma de questionamento ou dúvida, caminha na direção histórica, enfocando aspectos do mundo antigo no qual havia várias práticas sexuais, inclusive entre religiosos, as quais renegam hoje.

Há linhas flexíveis que, na percepção que Márcio tem de si, o compõem, singularmente, como um homem que já viveu muitas histórias de descoberta de si e do mundo. Apesar das agruras, vive a profissão que escolheu, a qual o entenece (pela construção de sujeitos pensantes), mas muitas vezes o massacra (pelas condições que lhes são oferecidas). Acredita ter construído uma família com atitudes erradas e com resultados perfeitos: seu filho e sua filha. Relacionou-se afetiva e sexualmente com muitas pessoas até conhecer uma que, apesar de ter muitos defeitos, o realiza enquanto ser humano. Diz-se um amante da vida, mesmo não sendo tão voraz em sua realização, e acredita “estar” feliz atualmente. Acha que sua sexualidade está bem resolvida, consigo e com os outros. Enfim, tem se conhecido melhor e que crê ter se tornado um ser humano melhor.

Quando perguntei sobre como os conceitos-dispositivos desta pesquisa estão presentes em suas práticas pedagógicas, ele afirmou, por meio de um texto escrito, que tem visto gênero há anos no campo semântico da Língua Portuguesa. Mas, no campo da sexualidade, seus conhecimentos sobre o assunto são parcos, mas, como costuma dizer, tem aprendido um pouco de tabela comigo. Os gêneros são masculino e feminino. As pessoas nascem homem e mulher, disse. Depois desenvolvem orientações masculinas e/ou femininas. Ele tem encontrado situações em sala de aula em que conhecer sobre gênero e sexualidade se faz muito necessário. Por ser homossexual, crê que tem conduzido relativamente bem tais situações. Mas, na primeira vez em que se deparou com uma trans (ou travesti, não sabe ao certo) em sala, chamou-a pelo nome que constava no diário e ficou um tanto quanto constrangido. Crê que precisa aprender mais sobre a temática, por isso aceitou participar do grupo de estudo. Afirma que não foi porque o convite foi proposto pelo namorado, uma vez que, segundo ele, se a temática não fosse importante, não participaria!

Enquanto Lázara e Patrícia delongam-se em suas narrativas de si, Márcio, que também costuma falar de si em outros momentos e espaços, tanto para mim quanto para outros sujeitos com quem tem intimidade, demonstra certa dificuldade de conferir materialidade escrita às suas narrativas. Sua forma de escrever tende a ser pretensamente objetiva, esvaziada de qualquer ambição de sensibilidade que supostamente possa desigienizar as normas cultas da língua e da ciência magna. Há inúmeras experiências que precisam ser consideradas a fim de entendermos como seu processo de subjetivação mobilizou nele esse impulso, quase que como uma forma estratégica de autodefesa.

Os enunciados de Márcio sobre “ter construído uma família com atitudes erradas” e sobre “ter se relacionado afetiva e sexualmente com muitas pessoas” emergem como linhas discursivas de um antigo território que lhe possibilitou reconstruir-se como “um homem que já viveu muitas histórias de descoberta de si e do mundo”. Ao discorrer a respeito das artes da existência desenvolvidas por homens homossexuais (ou homens de práticas bissexuais que se enunciam heterossexuais por serem ativos durante as relações sexuais) como resposta ao regime de exclusão a que seus amores, desejos e práticas sexuais estão submetidos em uma sociedade heteropatriarcal, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em um diálogo teórico com Michel Foucault, chama a atenção para o que seria “um regime de temporalidade específica dos amores homoafetivos, marcados pela instantaneidade, pela rapidez, pela fugacidade, dando origem à centralidade do ato sexual e à urgência na sua realização” (2010, p. 41). O autor afirma ainda que,

Os amores homossexuais seriam amores que não têm tempo ou dos que não têm tempo a perder. Cercados por uma sociedade heteronormativa, proibidos de se manifestarem em público, faltando-lhes suportes sociais, inclusive legais, em muitas sociedades, para se apoiarem, estes amores só se tornam possíveis, viáveis, maximizando o uso do tempo, fazendo um uso concentrado dos dias, das horas, dos minutos e dos segundos que têm à disposição. Por muito tempo, proibidos de dizerem o nome, não haveria nestes amores muito tempo para a fala, para a discussão da relação, para a elaboração discursiva, para a invenção narrativa da relação afetiva. Tendo à disposição fragmentos de um discurso amoroso que não lhes dizem respeito, elaborado em torno das relações afetivas heterossexuais, os amantes homossexuais sofreriam de uma espécie de afasia, por se sentirem sempre deslocados, fora de lugar, diria mesmo ridículos naquele discurso. Não contando com recursos narrativos a seu dispor, não havendo muito tempo a perder com a colocação em narrativa da relação afetiva, os amores homossexuais tenderiam a se concentrar no ato sexual, a supervalorizar, a investir toda a criatividade, todo o desejo, a construir uma estilística da existência em torno do coito, do corpo a corpo e do sexo. (...) Como acontece na maioria das vidas que são clandestinas, os homossexuais construíram um estilo de vida, uma estética da existência baseada na maximização do uso do tempo, quando se trata da realização dos atos que são considerados fora da norma. Fazer o mais rápido possível, consumir o quanto antes o ato sexual, como forma de evitar que algumas das inúmeras forças que operam no social, no sentido de tornar este ato impossível, venham se manifestar. É preciso levar o amante para o ato sexual antes que a família chegue ou saiba, antes que o par heterossexual telefone ou chame, antes que a polícia passe, antes que qualquer transeunte homofóbico veja. Tudo antes, sempre antes, daí a abordagem direta, a paquera rápida, a corte imediata, o estar sempre preparado, alerta para qualquer possibilidade de realização do ato sexual e, ao mesmo tempo, para qualquer ameaça a sua realização. (...) Não só a vida afetiva dos homossexuais masculinos tende, muitas vezes, a ser reduzida à realização do ato sexual, como muitas vezes o ato sexual é reduzido ao uso e contato com o falo. O corpo do amante de ocasião é reduzido ao seu pênis, estando vedado o contato e a exploração de outras áreas do corpo do parceiro, notadamente a boca e sua parte de trás. (2010, p. 45-49)

Há linhas flexíveis que, na percepção que Patrícia tem de si, a compõem como um sujeito que necessita ter sempre uma expectativa por algo. Pode ser uma coisa banal como

uma festa, um aniversário, a compra de um objeto ou coisas mais sérias, como o resultado de um mestrado. Mas ela necessita de um objetivo para acordar. Tem como qualidade a determinação quando quer alguma coisa, a fidelidade aos seus ideais. É intensa, mas, em contrapartida, é autoritária em algumas relações. Não sabe ser política nas discussões: às vezes fala com tom agressivo, detesta ser contrariada, mas sabe admitir quando erra e não tem dificuldade nenhuma de pedir desculpas.

Ama se reunir com as pessoas de quem gosta. Sempre expressa suas opiniões, mesmo que não agrada a maioria. Tem a autoestima elevada, porém nem sempre foi assim. Apenas uma coisa no mundo da estética a apavora: o peso. Não tem problemas com a idade, mas não aceita o corpo e está sempre em busca da magreza. Ama muito a família, mas ainda tem algumas mágoas do pai por conta do que sofreu na infância. Adora holofotes e não esconde isso de ninguém. Apesar de ter se tornado uma mulher forte, tem suas inseguranças também: uma delas é da vida cair num vazio sem sentido. Tem muito medo, pavor da morte, da invalidez. Não sabe por que, de onde vem esses pensamentos, mas tem muito medo de ter um filho com deficiência. Sonha em ser professora universitária desde a época da graduação. Gosta de dançar, de “comeeeer”, de dirigir ouvindo música no último volume. Acredita que uma das suas principais virtudes é nunca querer conquistar algo atropelando as pessoas. Gosta de política, futebol, de compartilhar o que sabe, não gosta de ser feliz sozinha.

Patrícia é a filha mais velha de três irmãs, a segunda neta dos seus avós maternos, e sempre foi colocada por toda a família na posição de exemplo para os mais novos e as mais novas, fato este que sempre a incomodou muito. Sua família é extremamente conservadora e, para piorar, impregnada de concepções religiosas rígidas e punitivas. Tolhiam qualquer iniciativa de pensamento contrário. Sua mãe – coitada! – foi criada como a típica mulher para casar, cuidar da casa, dos filhos e servir ao marido. Casou-se com seu pai aos dezesseis anos e nunca sequer teve outro namorado. Essa mulher, sua mãe, à qual admira muito, tivera um casamento frustrado em vários aspectos, mas o maior deles foi o alcoolismo de seu pai já no terceiro ano de casamento. A partir deste momento, foi necessário que ela trabalhasse, com remuneração, para sustentar a casa. Fez então curso de manicure e foi fazendo unha das madames da cidade que sua mãe as criou.

Tinha uma coisa que sempre a intrigava em sua antiga casa, nas refeições principais, almoço e jantar: seu pai sempre tinha o direito de comer dois bifes, dois pedaços de frango, tudo que era melhor tinha que ser para ele. Eu questionava e minha mãe dizia que homem sentia mais fome, precisa comer mais. Nunca se conformou, mas aceitava. Com o passar dos anos, sua mãe foi descobrindo o mundo. Já não era mais aquela típica dona de casa. Agora ela

tinha profissão e se sustentava. Foi quando resolveu retornar à escola e terminou o Ensino Médio. Essas mudanças na vida dela mudaram completamente seu destino e de suas irmãs e foram peça fundamental na formação da personalidade delas, pois sua mãe conseguiu impregnar nelas o desejo de fazer diferente, de serem independentes, respeitadas, de ocuparem um lugar na sociedade tanto quanto um homem. Todos os dias ela dizia que era para elas estudarem primeiro para depois pensar em casamento. Esse discurso causava certo desconforto nas suas tias que diziam: “tudo pra sua mãe é estudar”. Na cabeça delas, sua mãe queria que as filhas fossem melhores que os outros, quando na verdade a única coisa que ela queria era que tivessem um futuro diferente da vida dela.

A palavra gênero sempre esteve presente em sua vida como a definição entre masculino e feminino, macho e fêmea. Inclusive, lembrou-se de que, quando eram crianças, as meninas que gostavam de jogar bola, os mais velhos e as mais velhas as chamavam de “macho e fêmea”. Essa divisão de coisa de menino e coisa de menina foi bem forte na sua criação (educação dada pelos pais ou avós). É interessante notar como ela ressignifica as normas de gênero e sexualidade, ao produzir linhas em seu processo de subjetivação que a constituem como uma pessoa que sempre fugiu aos moldes do que sua família quis.

Hoje, conta Patrícia, busca desentranhar de si (desentranhar porque existem coisas que, por mais que não queiramos, estão ali em nosso interior) concepções que foram passadas ao longo da sua formação humana, tanto pela família, como pela escola, igreja e todos os outros ambientes coletivos, que possam a alienar da realidade em que vivemos, das mudanças sócio-histórico-culturais. Busca desconstruir qualquer pensamento que configure preconceito. Ela declara, como o mais novo desafio, levar para a sua prática pedagógica a desconstrução dos discursos que ferem o direito de escolha que possuímos.

Quando perguntei sobre como os conceitos-dispositivos desta pesquisa estão presentes em suas práticas pedagógicas, ela afirmou que não enfrenta problemas para conviver com as diferenças, nem para respeitar o ser humano em suas escolhas. Percebe que foi abordando aos poucos as questões de gênero e sexualidade. Porém, costuma fazer reflexões sobre a incompletude de suas práticas em sala de aula como professora de Língua Inglesa. Pensa que a ausência de tais assuntos se deve à falta de conhecimento sobre os mesmos.

É comum professores de Língua Estrangeira trabalharem com o conteúdo que chamamos de “Family Tree” (Árvore da Família) em uma abordagem normativa e excludente, talvez inconscientemente. Porém, isso já a colocou em uma situação desafiadora em uma aula, quando uma aluna disse que não sabia como construir sua árvore. Isto porque possuía irmãos só por parte do pai, outros só por parte da mãe e alguns do mesmo pai e mesma mãe. Aquilo a

fez repensar a maneira de abordar aquele conteúdo, bem como as múltiplas configurações de família. Além disso, também a fez pensar a necessidade de estudar acerca dos temas de gênero e sexualidade. Em um de nossos encontros, Patrícia compartilhou com Iraniudes, Márcio e comigo um exercício que elaborou inspirada nos debates ocorridos em nossos encontros, como podemos ler a seguir:

Exercícios de Língua Inglesa

Family

1 – Leia o texto abaixo e discuta na sala com os pares o conceito de família.

I am Eduardo and I am going to talk about my family. My family is different of society's model considered example over the years. In my house whom sets the rules is a woman and not a man. My brother and I were raised by my grandmother because my mother was very young and left us, my father did not live at home. My grandmother taught us that family is that takes care of us, gives us love, education and principles. She always tried to educate us without prejudiced, so I am a much happier person.

2 – Após a reflexão, responda às questões abaixo:

- a) O que é a instituição família para você?
- b) Você concorda com padrões que a sociedade impôs como modelo de família?
- c) Podemos dizer que a instituição família passa por um momento de crise? Explique sua resposta.

3 – De acordo com o texto, responda as questões em inglês.

- a) Quem criou Eduardo e o irmão dele? _____
- b) Qual conceito de família foi ensinado a Eduardo? _____
- c) Qual o principal princípio ensinado a Eduardo e seu irmão? _____

4 – Trabalhando com vocabulários referentes aos membros da família, complete as orações.

- a) The brother of my father is my _____.
- b) The mother of my partner is my _____.
- c) The son of my sister is my _____.
- d) The daughter of my aunt is my _____.
- e) The father of my father is my _____.
- f) All the people of my family are my _____.

Patrícia relatou que optou por não utilizar nenhum dos materiais que encontrou na *internet* para falar de família porque, segundo ela, eles reforçam uma abordagem normativa e excludente que ela pretendia desconstruir em suas aulas. No exercício produzido, o conceito de família é abordado em uma perspectiva pluralista. Ela relatou que as percepções dos educandos sobre o assunto foram as mais variadas, havendo quem coadunasse com o conceito fechado de família tradicional e quem dissesse que família não supõe, necessariamente, laços de consanguinidade, nem de heterossexualidade. Na alternativa b da questão 4, ela substituiu intencionalmente as palavras “husband” (marido ou esposo) e “wife” (mulher ou esposa) por

“partner” (parceiro ou parceira, companheiro ou companheira), uma palavra sem correspondência binária de gênero. Essa proposição causou dúvida quanto ao sentido da palavra no contexto textual em que ela aparece, visto que parceiro ou parceira têm outro sentido possível, o de amizade. Ela explicou que a opção se deve à possibilidade de existência das configurações de família formadas por sujeitos do mesmo gênero. Márcio chegou a afirmar que, por meio desse exercício, Patrícia “colocou uma parcelinha de transformação na cabeça deles”.

O enunciado de Patrícia sobre as “madames da cidade” demarca uma posição enunciativa que constitui sua mãe e a constitui como mulheres proletárias, com demandas antagônicas as dessas madames. Essa crítica da desigualdade de classe ativa linhas da minha rede de memória que me remetem a um texto recente de sua autoria, de 2017, publicado em um jornal local. Nele, ela narra que, aos 17 anos, já fazia parte da categoria de trabalhadoras domésticas, tão invisível nos lares onde seus corpos habitam. Lembra muito bem diversos acontecimentos que a faziam se sentir subgente. Não tem uma vez que a chegada do inverno não a faça lembrar as diversas vezes que, gelada dentro de um casaco vagabundo, e com as canelinhas à mostra porque era evangélica e só usava saias, estava ali com a mangueira na mão, lavando aquela maldita calçada que tinha aquela maldita casa, enquanto os patrões saíam em seus carros, com os vidros fechados e muito bem agasalhados.

Então, ela se pergunta: onde habita a humanidade destas pessoas? Qual a necessidade de lavar a calçada todos os dias? Por que não conseguem ver as domésticas como gente que tem carne, osso, sangue que pulsa, como humano que também sente frio? (...) Lembra-se das férias dos filhos dos patrões, os quais tinham pouco mais que sua idade. Eles estudavam em outro estado, por isso, sempre vinham passear nesta data. A casa se enchia de jovens de sua idade, que ocupavam a sala-de-estar, a piscina, os quartos, enquanto ela circulava invisivelmente pelos corredores, esperando a hora de limpar cada cômodo. Sentia muita vergonha de olhar para eles. Achava que a culpa de terem a mesma idade, mas ela limpar o chão que eles pisavam e a sujeira do banheiro que eles faziam, ERA TODA SUA. Na cabeça dela, estava ali por ter estudado pouco, por ter se esforçado pouco. (...)

Nunca vai se esquecer do choque que teve ao desembalar as compras para guardar, quando se deparou com um jogo de jantar que a patroa tinha comprado: para seu espanto, ele custava exatamente o mesmo valor do seu salário. Foi ali, naquele momento, que, pela primeira vez, a aula de Sociologia do Ensino Médio sobre o conceito de mais-valia, de Karl Marx, se tornou significativa para ela. Foi ali que, pela primeira vez, refletiu sobre a desigualdade social que assola este país: como sua ex-patroa achava que ela, enquanto

empregada, poderia sobreviver com o que é pago num jogo de jantar, e ainda vociferar que ela tem que esboçar felicidade por estar empregada?

* * * * *

O fundamentalismo religioso é um dos dispositivos de captura e enquadramento dos dispositivos de gênero e sexualidade no interior da formação hegemônica neoliberal-conservadora. Durante o rastreo cartográfico, ao longo dos encontros, essa relação entre gênero, sexualidade e religião emergiu como pista de maneira recorrente, o que não me permite ignorá-la. Por mais que não dê para afirmarmos categoricamente que uma religião seja, em si mesma, reacionária e violenta ou pacifista e revolucionária, não podemos ignorar como, em suas condições históricas de emergência, ela se tornou dominante em um dado contexto geopolítico. No Brasil, as condições históricas que permitiram ao cristianismo (inicialmente por meio do catolicismo e, mais recentemente, por meio do neopentecostalismo) sua emergência como religião dominante produziram, por meio de seus regimes de saberes, efeitos de poder que legitimaram e continuando legitimando as economias significantes masculinista, cissexista, heterossexista, racista e colonialista.

Esses regimes de saberes e relações de poder produzem linhas que podem nos afetar e nos mobilizar de múltiplas maneiras, uma vez que nosso processo de subjetivação é complexo. Podemos produzir linhas que reificam as economias significantes e nos enraízam nos termos das exigências e expectativas normativas do fundamentalismo religioso ou podemos produzir linhas de fuga por meio da experiência religiosa ou da experiência com a religião, com vistas à transformação micropolítica da religião dominante. Vale pontuar que, apesar da aparente redundância, a experiência com a religião não implica necessariamente no exercício de uma religiosidade, como é o meu caso. Aliás, uma das razões pelas quais, particularmente, também me interessa em pensar acerca das relações entre gênero, sexualidade e religião é que, desde a infância, me percebo imerso em um plano de exigências e expectativas machistas, transfóbicas e homofóbicas, positivadas pelo fundamentalismo religioso, que objetiva me produzir socialmente como um sujeito pecaminoso ou abominável.

Evidentemente, não parto da premissa de que o machismo, a homofobia e a transfobia são formas de opressão produzidas exclusivamente pelo discurso religioso do tipo fundamentalista, nem estou certo de que seja possível hierarquizar os múltiplos dispositivos responsáveis pela sua produção e reprodução. Entretanto, é possível nos referirmos ao machismo, à homofobia e à transfobia justificadas pelo discurso religioso do tipo

fundamentalista como sendo um machismo religioso ou a uma homofobia religiosa, conceito elaborado por Marcelo Natividade. Ainda assim, estas não são estruturas de opressão autônomas, encerradas em si mesmas. Ao explorar a lógica interna de funcionamento do discurso que produz a homofobia religiosa, o autor a define como “um conjunto muito heterogêneo de práticas e discursos baseados em valores religiosos, que opera por meio de táticas plurais e polimorfas de desqualificação e controle da diversidade sexual” (2009, p. 132).

Tomando a existência das mulheres, nos marcos da binariedade de gênero e da heterossexualidade compulsória, a partir do que Ivone Gebara (2006) chama de razão teológica patriarcal, e a existência de gueis, lésbicas e sujeitos transgêneros, a partir da noção de pecado ou abominação, o discurso religioso do tipo fundamentalista se inscreve na formação hegemônica, visando a interdição dos processos socioculturais de transformação que evidenciam os limites discursivos das economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista e as multiplicidades que não cessam de transbordar. Nessa perspectiva, Marcelo Natividade afirmam que

Os sujeitos que sustentam tais discursos constroem sua relativa legitimidade representando-se como porta-vozes de valores universais, bastiões da moralidade, conjugando percepções negativas da diversidade sexual a uma atuação em oposição ao seu reconhecimento, compreendido como uma ameaça. Dentre esses atores sociais, encontram-se lideranças religiosas, pastores, coordenadores de “ministérios de ajuda”, escritores evangélicos, teólogos, psicólogos e parlamentares. A cosmologia cristã fornece, para tais porta-vozes de perspectivas conservadoras, um idioma e um repertório de justificativas que são acionados em defesa deste modelo particular de representação do gênero e da sexualidade. (2009, p. 132)

No encontro que tive com Lázara, o segundo dos treze encontros, conversamos acerca das possíveis relações entre as questões de gênero, sexualidade e religião. Alguns dias antes, ela mencionou o fato de algumas pessoas terem insinuado, em uma referência perversa à morte bárbara de seu filho, que, se ela tivesse frequentado mais a igreja, isso não teria acontecido, algo que a desestabilizou emocionalmente ainda mais. Essa foi uma das razões pelas quais sugeri, quatro dias antes desse segundo encontro, que lêssemos o texto “Gêneros e sexualidades no discurso religioso: um exercício desconstrutivo para Educação Sexual”, de autoria de Jimena Furlani. O texto, que foi apresentado por mim no colóquio, serviu como um disparador para esta e outras conversas. Ao explicar seu objetivo científico, a autora afirma que

Este texto será um exercício de desconstrução do discurso religioso, curiosamente, estimulado, pelo próprio texto bíblico atual. (...) Vou olhar para o discurso religioso a partir de representações acerca dos gêneros e das sexualidades (supostamente descritos e escritos em épocas remotas), e refletir acerca de seus efeitos sobre os saberes tidos como verdades inquestionáveis, no tempo presente. Não pretendo discutir fé, crença ou convicção religiosa. Não vou discutir com Deus! Minha conversa é com os homens – e aqui, não descuido da linguagem. Refiro-me aos sujeitos do gênero masculino, que, no tempo histórico, construíram os saberes que pretendo desconstruir neste artigo... Minha tarefa desconstrutiva se voltará aos atos da humanidade, em seu processo de inventar saberes e produzir verdades, em cada tempo, lugar e contexto político, com distintas intencionalidades e contingências. Embora eu reconheça o valor e a força da fé, entendo que “o potencial de consolo de uma crença não eleva seu valor de verdade” (Richard Dawkin, 2007) e todo saber, quando analisado sob o ponto de vista racional, está sujeito ao debate. E neste sentido, não vou discutir com a teologia... Vou argumentar com a história, com a política, com a arqueologia, com a antropologia, com a linguística e com a semântica. (2008, p. 2)

Nesse encontro, Lázara enunciou-se como uma mulher católica não-alienada. Tendo em vista o contexto da enunciação, é possível inferir que ela tece linhas de enunciação acerca de si, da igreja católica e de si no interior da igreja católica, por meio das quais ela reconhece, em um duplo movimento: o catolicismo e a religião cristã como dispositivos produtores de saberes que capturam e enquadram o corpo em um processo de subjetivação marcado pela submissão e pelo medo da punição divina; a si mesma como alguém que busca ter uma relação-outra, quiçá feminista e antipatriarcal, com o catolicismo e a religião cristã; e a possibilidade e a esperança de transformar micropoliticamente, por meio da experiência religiosa, a igreja católica e a religião cristã.

Os apontamentos feitos por Lázara durante o segundo encontro permearam o quarto encontro. Com exceção de Patrícia, todos os demais sujeitos estavam presentes. A primeira ponderação de Lázara acerca do texto de Jimena Furlani foi a de que professores e professoras, de um modo geral, teriam dificuldade em lê-lo e debatê-lo, uma vez que a autora propõe a desconstrução de algumas passagens bíblicas que são interpretadas de maneira literal e historicamente descontextualizada. A partir do texto, Lázara citou uma passagem de Levítico muito usada para justificar a demonização da homossexualidade. Em uma das muitas traduções dessa escritura bíblica, consta o seguinte enunciado: “com homem não te deitarás como se fosse mulher”. A partir desse enunciado, afirmei que o mesmo e todos os demais que compõem o texto bíblico precisam ser interpretados no contexto histórico em que foram produzidos oralmente e nos múltiplos contextos históricos em que foram escritos, traduzidos, adaptados e reproduzidos, tendo em vista, portanto, seus múltiplos deslocamentos de sentido.

Nessa perspectiva, o enunciado em questão não faz referência à noção de homossexualidade que conhecemos, uma vez que o termo *homossexualismo*, enquanto

categoria identitária e patológica, só foi inventada no século XIX. Ele faz referência ao ato supostamente desonroso de se permitir “ser rebaixado à condição de mulher” por meio da passividade no ato da penetração sexual. No interior da lógica falocêntrica que controlava os papéis sociais atribuídos aos gêneros, as práticas sexuais entre mulheres nem sequer eram consideradas possíveis, nem eram essas mulheres consideradas sujeitos de fato. Ao fazerem uma análise antropológica dos sentidos atribuídos socialmente à homossexualidade, Peter Fry e Edward MacRae afirmam que, dentre tantas teorias existentes acerca de suas possíveis causas, nenhuma delas lhes são convincentes o suficiente, razão pela qual os autores as interpretam como produções ideológicas que precisam ser entendidas nos contextos históricos específicos de suas elaborações. Na percepção dos autores, isso é muito mais importante do que tentar entender o que é a homossexualidade em si mesma. Tomando a lógica falocêntrica como objeto de análise, os mesmos afirmam que

(...) as relações sexuais esperadas também são todas “heterossexuais” em termos de papéis sexuais. As pessoas socialmente “femininas” se relacionam com as socialmente “masculinas”. As mulheres e bichas se relacionam com os homens e os homens e mulheres-machos se relacionam com as mulheres. O que é considerado realmente “desviante”, de acordo com estas regras, são relações “homossexuais” não em termos fisiológicos, mas em termos dos papéis sexuais. Assim, um homem pode se relacionar sexualmente com uma bicha, enquanto o primeiro é “ativo” e o segundo “passivo”. (1985, p. 45)

Durante esse encontro, Cristhiane, assim como Lázara no segundo encontro, enunciou-se como uma mulher católica que frequenta a igreja de sua comunidade com regularidade, sempre que possível. Ao falar sobre suas experiências religiosas, ponderou que o ato católico da comunhão induz os sujeitos cristãos a viverem de acordo com determinadas normas. Disse ainda que na igreja que ela frequenta há tanto posicionamentos conservadores quanto posicionamentos progressistas, de modo que os debates se fazem sempre presentes. O modo como Cristhiane e Lázara enunciam a si mesmas produz em mim linhas discursivas que me remetem à teologia feminista de Ivone Gebara, que, além de freira, é também filósofa e teóloga e feminista. Essa teologia acompanha as questões cotidianas das mulheres cisgêneras, produzindo uma ruptura que as afastam do pensamento religioso do tipo fundamentalista, que produz efeitos de poder que capturam e enquadram seus corpos e sexualidades nos termos de uma submissão. Ao ser entrevistada por Maria José Rosado-Nunes, a autora afirma que

Do jeito que está a instituição religiosa católica romana e do jeito como se anunciam as políticas religiosas no futuro próximo, as mulheres que buscam afirmar direitos, as que lutam por uma cidadania em bases igualitárias, as que desejam uma outra ordem social e política, parecem não ter chances na Igreja institucional. Cada vez

mais ela está se tornando para elas uma referência mínima. Representa uma pertença que existiu no passado, representa influências recebidas, mas não é mais o lugar de referência de sentido e de compromisso com a transformação das relações injustas. A Igreja Católica, como outras igrejas cristãs, não são mais para muitas mulheres os lugares de expressão e de alimento de seu compromisso cristão. Nossa pertença a essas instituições é cada vez mais complexa e problemática. Muitas vezes mantém-se por um fio tênue, visto que, quer queiramos, quer não, o cristianismo se tornou um fenômeno cultural mundial e tem um papel político que não podemos deixar de levar em conta. (2006, p. 302)

3. ... DOS DISPOSITIVOS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E SUAS INTERSECCIONALIDADES EM UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA ...

Como anunciei anteriormente, para pensar os dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, parto de uma perspectiva teórica feminista pós-estruturalista do campo dos estudos de gênero pensado como plural, no qual a masculinidade e a feminilidade, ou, melhor dizendo, as masculinidades e as feminilidades, são produzidas em territórios existenciais polifônicos e multivetoriais. Assim, tomo algumas ferramentas analíticas elaboradas ou aperfeiçoadas com os estudos *queer* e com os estudos feministas negros, adotando uma atitude implicada, localizada e interseccional. Para tanto, dialogo, sobretudo, com Judith Butler (2014) e Joan Scott (1995). Porém, meu objetivo nessa seção da dissertação, é o de, apoiado no movimento teórico-metodológico desenvolvido por João Manuel de Oliveira (2012) e Berenice Bento (2006), fazer uma cartografia das genealogias do gênero em suas relações com a sexualidade e suas interseccionalidades.

Para o movimento feminista dominante, denunciado como branco e/ou burguês, e para os movimentos feministas, como o lésbico, o negro e o marxista, que buscam pensar as demandas políticas das mulheres lésbicas sem ignorar as demandas sexuais dos gueis, das travestis e sujeitos transexuais, como faz Judith Butler (2014), as demandas políticas das mulheres negras sem ignorar as demandas raciais dos homens negros, como faz Angela Davis, ou as demandas políticas das mulheres proletárias sem ignorar as demandas de classe dos homens proletários, de um modo geral, como faz Alexandra Kollontai, o gênero não é interpretado exatamente da mesma maneira. Esse conceito possui múltiplos sentidos e é usado como categoria analítica em muitas frentes de luta.

É muito comum que estudiosos e estudiosas do gênero classifiquem o uso do conceito de maneira historicamente linear e evolutiva, como quando falam das chamadas ondas feministas. Por um lado, isso pode acarretar na invisibilização de algumas correntes feministas que ainda existem ou coexistem de maneira interseccionada, muitas vezes sem a menor intenção de “surfear” na chamada terceira onda. Por outro, isso pode fomentar a ideia de que os movimentos feministas fazem parte de uma unidade coerente, sem divergências políticas.

João Manuel de Oliveira se pauta no método genealógico desenvolvido por Michel Foucault para analisar os “discursos que recorrem a noções próximas da ideia de gênero sem, no entanto, usarem especificamente essa palavra” (2012, p. 34), entendendo o gênero como

rizoma, a partir do diálogo que estabelece com Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), e lançando mão, portanto, de movimentos rizomáticos de um processo cartográfico de três genealogias. Nesse sentido, o autor denuncia que “a história dos conceitos, tal como é habitualmente contada, não permite uma leitura mais integrada de ideias muito próximas deste conceito, mas que por não terem recorrido à palavra gênero, são excluídas desta história” (2012, p. 34).

Basicamente, o que João Manuel de Oliveira faz é provocar deslocamentos de sentido na hegemonia do significante gênero, “colocando em aberto o que pode contar como gênero” (2012, p. 34) e tendo em vista “como este é um conceito múltiplo e que se alimentou de diversos enquadramentos teóricos” (2012, p. 34). Isso não implica no abandono das epistemes feministas, mas na suspensão provisória da apropriação do conceito por elas como forma de compreendermos alguns movimentos conceituais e deslocamentos de sentido nas categorias conceituais de sexo e gênero que são anteriores à década de 1970, quando o gênero começou a ser utilizado pelas teóricas feministas para criticar o determinismo biológico e seus essencialismos. Para tanto, o autor afirma ser imprescindível a compreensão de que o conceito de gênero “não apresenta uma uniformidade conceitual” (2012, p. 35).

Por meio dessa abordagem, João Manuel de Oliveira (2012, p. 37) nos apresenta três genealogias que são possibilidades de exame das múltiplas modalidades e discursos que vão sustentar o gênero enquanto conceito nas ciências sociais: a) a primeira delas se refere ao de gênero como máscara, tal como pensou Joan Rivière; b) a segunda, à noção de gênero como identidade psicológica, tal como pensou John Money; e c) a terceira, à noção de gênero como relação social, tal como pensaram Margareth Mead e Simone de Beauvoir. Com isso, o autor conclui que

Apesar de nem Rivière, nem Mead, nem Beauvoir usarem o termo gênero, é-nos possível entender os seus trabalhos como reterritorializações da ideia de um sexo que é independente do biológico e que consiste ou numa máscara psicossocial, no caso de Rivière, ou numa modalidade de relação social, no caso de Beauvoir e no caso de Mead. (2012, p. 37)

A teoria de Joan Rivière foi importante para o desenvolvimento das teorias feministas que começaram a pensar o gênero como performance, dado que a utilização do conceito de máscara implica em uma crítica do gênero como ontologia, isto é, como essência ou natureza do ser generificado e cujo sexo é significado à luz dessa generificação, tal como denuncia Judith Butler (2014) nos diálogos que faz com Thomas Laqueur e com outras teóricas feministas, sobretudo as que tensionam a heterossexualidade compulsória enquanto uma

política (hetero)patriarcal de dominação das mulheres, como Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig.

João Manuel de Oliveira (2012) afirma que, para Paul B. Preciado, o trabalho de Joan Rivière é precursor da noção de gênero como um processo assentado em uma matéria organizada para ser inteligível e que reconhecer isso é fundamental para a desnaturalização do gênero. Ao fazer o mesmo com Judith Butler (2014), ele afirma que, para autora, o uso da máscara da feminilidade no trabalho de Rivière permitiu abolir teoricamente a identificação com a economia significante masculinista como forma de evitar o repúdio pela homossexualidade feminina e pela lesbiandade, uma vez que, de acordo com a matriz heterossexual que exige correspondências binárias entre os gêneros, a masculinidade, nos marcos da cultura (hetero)patriarcal, implica no desejo por mulheres, e estas são educadas para a submissão nos marcos da binariedade de gênero e da matriz heterossexual.

Por meio de uma teoria desenvolvida a partir de hipóteses acerca dos papéis sexuais que culminaram em intervenções cirúrgicas em um sujeito intersexual (antes nomeada de hermafrodita) para confirmá-las, John Money inventou o conceito de gênero para pensar as relações entre papéis sexuais e identidades de gênero. Se por um lado essa teoria foi capturada pelas economias significantes masculinista e heterossexista, tendo como efeito de poder a institucionalização da patologização das identidades transgêneras, por outro elas criaram linhas de fuga que foram fundamentais no desenvolvimento de agenciamentos moleculares produzidos pelos teóricos e teóricas dos movimentos intersexuais e transgêneros contra as imposições e expectativas decorrentes da binariedade de gênero e da heterossexualidade compulsória.

As ciências biomédicas e psiquiátricas impuseram e ainda impõem determinadas normas de gênero. O caso a que me referi no início do parágrafo anterior não comprova nem contesta nenhuma das teorias, mas, ao contrário, como afirma João Manuel de Oliveira a partir do estudo de Judith Butler (2014) deste caso, nos ajuda a perceber como os corpos intersexos são colocados em um escrutínio constante para capturá-los, enquadrá-los e reajustá-los às normas sociais que são naturalizadas com base na binariedade de gênero e na heterossexualidade compulsória. A respeito disso, João Manuel de Oliveira afirma que

O caso célebre John/Joan, nome fictício para David Reimer, foi um dos casos usados para apoiar esta teoria contra o domínio exclusivo do sexo e da biologia enquanto determinantes da sexuação humana. Reimer nasceu com sexo masculino, mas aos oito meses, durante uma operação cirúrgica, o seu pênis foi acidentalmente queimado. Os pais recorreram a Money que os aconselhou a criar David como uma rapariga e consequentemente submeteram David a uma operação cirúrgica para lhe

remover os testículos. David passa a chamar-se Brenda e é educada como uma rapariga sob o olhar clínico de Money. Contudo, na puberdade, Brenda, apresentada como um caso de sucesso e evidência do funcionamento da teoria de Money, recusa-se a determinadas tarefas associadas à feminilidade e apresenta comportamentos considerados masculinos. Apoiada por Milton Diamond, endocrinologista contrário às teses de Money, Brenda é submetida a uma cirurgia para construção de um falo. David passa assim a ser usado por Diamond e outros como prova irrefutável de que a teoria de Money estava errada e que existe um papel fundamental que a anatomia e as hormonas pré-natais desempenham na identidade de gênero. (2012, p. 43)

A teoria de Simone de Beauvoir foi fundamental no sentido de propor que a biologia não tem que ser um destino, construindo uma teoria das relações sociais instituídas pelo sexo social, conceito que utiliza na sua obra e que João Manuel de Oliveira (2012) entende como sinónimo de gênero enquanto relação social. No caso de Margaret Mead, a sua proposta foi essencial no sentido de demonstrar a variabilidade cultural das masculinidades e feminilidades em diferentes sociedades.

Há algumas maneiras possíveis de nos situarmos teoricamente no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Berenice Bento (2006) apresenta três tendências explicativas, que oscilam entre os estudos das mulheres e os estudos de gênero, que foram fundamentais nos movimentos teóricos dos processos constitutivos do gênero enquanto categoria analítica: um referente ao gênero como universal, como proposto por Simone de Beauvoir, outra ao gênero como relacional, como proposto por Joan Scott (1995), e outra ao gênero como plural, como proposto por Judith Butler (2014).

Ao discorrer acerca da tendência explicativa do gênero como universal, por meio da categoria analítica de sexo, para pensar as demandas de gênero do sujeito unitário do feminismo, Berenice Bento chama a atenção para a interpretação feminista da subordinação feminina nos termos de uma universalidade, como proposto por Simone de Beauvoir, segundo a qual existem duas categorias sexuadas e universais de sujeito. Nos termos de Berenice Bento, existem, segundo essa tendência,

Dois corpos diferentes. Dois gêneros e subjetividades diferentes. Essa concepção binária dos gêneros reproduz o pensamento moderno para os sujeitos universais, atribuindo-lhes determinadas características que, supõe-se, sejam compartilhadas por todos. O corpo aqui é pensado como naturalmente dimórfico, como uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, por meio de uma série de significados culturais, assume o gênero. (2006, p. 71)

Ao discorrer acerca da tendência explicativa do gênero como relacional, por meio da categoria analítica de gênero, não apenas para pensar as demandas de gênero, mas também as raciais e de classe, Berenice Bento chama a atenção para a interpretação feminista da

subordinação feminina não mais em termos universais absolutos, mas em termos de um movimento complexificador do relacional. A autora afirma que a categoria analítica de gênero, agora deslocada dos estudos das mulheres para os estudos de gênero, enfoca “os processos históricos que se articulam para formar determinadas configurações das relações entre os gêneros, retirando a aparente atemporalidade que estrutura a relação binária e hierárquica como fatos naturais” (2006, p. 75).

Joan Scott afirma que a palavra gênero foi incorporada inicialmente por feministas estadunidenses no intuito de “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (1995, p. 72). No momento em que se propõe a analisar os trabalhos de inúmeras teóricas feministas, a autora afirma que a categoria analítica de gênero deve ser pensada no interior das teorias feministas, no bojo das ciências humanas e do movimento de pensamento pós-estruturalista, tendo em vista a crítica ao empirismo e ao humanismo. Partindo desse lugar teórico, a autora define o conceito da seguinte maneira:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo de definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (1995, p. 86)

Para Joan Scott, o gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos que, por sua vez, constituem-se no interior de relações de poder. Tais relações de poder são teoricamente pensadas a partir de um diálogo com Michel Foucault (1998), tendo em vista que o “verdadeiro homem” e a “verdadeira mulher” são concebidos como discursos no interior de uma economia significativa de gênero variável de acordo com cada contexto histórico e tensionada com a realidade existencial de sujeitos de “carne e osso”. Assim, para a mesma,

(...) “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (1995, p. 93)

Embora Joan Scott afirme se sentir “incomodada pela fixação exclusiva em questões relativas ao sujeito individual e pela tendência a reificar, como a dimensão central do gênero,

o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres” (1995, p. 82-83), Berenice Bento (2006), mesmo reconhecendo a grande importância de sua obra, pondera que, quando Joan Scott se propõe a fornecer um instrumento analítico de compreensão da realidade cristalizando o conceito no referente binário, ela acaba reforçando a estrutura heteropatriarcal mesma que desejaríamos ver superada.

Berenice Bento (2006) aponta ainda uma contradição entre a definição conceitual e o objetivo proposto, uma vez que, ao descortinar a noção de permanência intemporal na representação binária e hierarquizada entre os gêneros, o conceito não se fundamenta na diferença enquanto jogo de produção de diferenças identitárias infinitas, mas na diferença do sexo, nos marcos da heterossexualidade compulsória, que tende a ser naturalizada. Isso é algo que fecha a categoria analítica para a compreensão da realidade existencial de masculinidades subordinadas, como a masculinidade bicha e proletária que me enquadra e posiciona no interior das economias significantes heterossexista e capitalista.

Ao propor uma teoria radical do sexo com o objetivo de “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual” (2003, p. 11), por meio de “ferramentas conceituais refinadas com as quais se possa compreender o sujeito e mantê-lo visível” (2003, p. 11), Gayle Rubin pensa o sexo nos termos de uma opressão sexual e como um dos vetores constitutivos de outras estruturas de opressão, que também são constitutivas da opressão sexual. Assim, para a autora,

O sistema de opressão sexual corta transversalmente outros modos de desigualdade social, separando os indivíduos e grupos de acordo com suas próprias dinâmicas intrínsecas. Não é reduzível a, ou entendível em termos de classe, raça, etnicidade ou gênero. Sucesso financeiro, cor branca, gênero masculino e privilégio étnico podem mitigar os efeitos da estratificação sexual. Um homem pervertido que seja rico e branco geralmente será menos afetado do que uma mulher pervertida que seja pobre e negra. Mas nem os mais privilegiados estão imunes à opressão sexual. (2003, p. 31-32)

Quando a autora fala de sexo, ela parte do princípio de que ele possui dois significados distintos, um referente ao gênero imposto ou reivindicado e outro referente à prática sexual, de modo que “essa fusão semântica reflete uma assunção cultural que a sexualidade é redutível à penetração sexual e que é uma função das relações entre mulheres e homens” (2003, p. 42), norma esta que reifica a noção de que a (hetero)sexualidade decorre naturalmente do gênero. Pautado na abordagem de Gayle Rubin das formas de opressão, pensadas a partir de metáforas complexificadoras das hierarquias (como “centros” e “margens” no interior de um “círculo” ou “topos” e “bases” no interior de uma “pirâmide”), e

na teoria de Raewyn Connell (2013), acerca das diferenças no processo de construção da masculinidade hegemônica e das masculinidades subordinadas, é possível afirmar que o meu acesso aos privilégios sociais de gênero é precarizado, mas, tendo em vista que a opressão sexual é apenas um dos vetores constitutivos das estruturas de opressão, é possível afirmar que o meu acesso a um conjunto de privilégios sociais pode ser privilegiado. Em comparação com o acesso dos homens cisgêneros e heterossexuais e brancos, sobretudo os de classe média e burgueses, meu acesso é precarizado. Em comparação com o acesso dos gueis negros e afeminados e em comparação com o acesso das mulheres, cisgêneras e transgêneras, sobretudo as proletárias, e, destas, sobretudo as negras, lésbicas ou não, e lésbicas masculinizadas, negras ou não, esse acesso é privilegiado.

O patriarcado exige a heterossexualidade compulsória para tornar-se possível, o que quer dizer que o exercício de certas práticas machistas legitima a opressão homofóbica. Da mesma maneira, quando homens cisgêneros e heterossexuais e negros ou homens cisgêneros e heterossexuais e proletários, de um modo geral, reproduzem certas práticas machistas, eles não estão simplesmente se beneficiando do machismo dessas práticas, mas legitimando contra si as opressões racista e capitalista, respectivamente. Essa leitura só é possível quando as teorias feministas são embichecidas, como propõe Judith Butler (2014), enegrecidas, como propõe Angela Davis, descapitalizadas, como propõe Alexandra Kollontai, e descolonizadas, como propõe Lélia Gonzales. Em outras palavras, não existe possibilidade de produzir políticas de enfrentamento à estrutura de opressão patriarcal sem produzir políticas de enfrentamento à transfobia, à homofobia, ao racismo, ao capitalismo e ao imperialismo dos países do norte global.

Esse debate em torno das diferenças entre a construção da masculinidade hegemônica e das masculinidades subordinadas emerge inicialmente no interior dos estudos de gênero e, posteriormente, nos estudos de raça, sobretudo a partir das críticas produzidas por estudiosas feministas lésbicas e estudiosas feministas negras. Ainda que o termo hegemonia remeta aos esforços de Antonio Gramsci de compreender a estabilização das relações de classe nas dinâmicas políticas de transformação estrutural, por meio da mobilização e desmobilização das classes em suas totalidades, e por mais que esse deslocamento terminológico tenha um grande risco de ser mal interpretado, no sentido de ser reduzido a um modelo simples de controle cultural, Raewyn Connell reafirma a potencialidade do conceito de masculinidade hegemônica. Nos termos da autora,

A masculinidade hegemônica se distingue de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem. Ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (2013, p. 245)

Ao analisar o poder heteropatriarcal a partir do processo de construção das masculinidades, Durval Muniz de Albuquerque Júnior discorre acerca de como os homens lidos socialmente como “machos de verdade” ou “cabras machos” são condicionados não apenas a serem heterossexuais, mas a performarem uma masculinidade tóxica pautada em práticas sistematizadas de violência que apagam suas sensibilidades, bem como os espectros de uma feminilidade sensível que é imposta às mulheres nos termos de uma submissão. Ao descrever minuciosamente como a construção dessa masculinidade tóxica captura e enquadra, por meio de uma máquina de fazer machos, os corpos (negros e proletários, de um modo geral) biologicamente designados como masculinos, o autor afirma que

O corpo masculino é um corpo apagado naquilo que é mais próprio, um corpo sem sensibilidade, um corpo castrado na expressão livre dos efeitos trazidos pelos afetos das coisas e das pessoas. É um corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa protegê-lo do mundo exterior. Um corpo que busca ser impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameace violar ou atravessar, tudo que o possa amolecer, desmanchar, delirar. O corpo masculino é pensado como um corpo instrumental, um corpo a serviço de si mesmo, autocontrolado, autocentrado, autoerotizado, autista, fechado, travado. O corpo masculino teme a fuga, teme o desejo, teme o afeto, teme tudo que o possa arrastar para fora de si mesmo, possa gerar o descontrole, a abertura, a fragmentação, a viagem. Corpo pensado e treinado para se defender, para dominar a si mesmo e a outros, corpo treinado para ser reativo a tudo que vem de fora, corpo reacionário. Corpo adormecido, corpo censurado, corpo anestesiado, corpo pânico. O corpo masculino pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa, é um corpo censurado e instrumental, um corpo docilizado, um corpo com medo de corpos. (2011, p. 39)

Em um diálogo com Raewyn Connel (2013) e, sobretudo, com autores e autoras negros, como Frantz Fanon, Edgler Cleaver e Angela Davis, Deivison Faustino Nkosi afirma que

Vários autores têm chamado a atenção para a multiplicidade de possibilidades de viver a masculinidade, apontando para uma ideia de masculinidades (no plural), mas ainda é recente a crítica sobre a noção fixa de um masculino, pensada geralmente a partir do clássico referencial ocidental (branco, heterossexual, de classe média, cristão etc.). A noção de padrão de “masculinidade hegemônica” busca reconhecer que embora haja uma norma dominante, as pessoas transitam por elas de formas distintas, sejam motivadas por outras contradições – raça, classe, região, geração etc. –, seja pela própria trajetória e agência individual. (2014, p. 77)

Deivison Faustino Nkosi pauta sua análise de como a masculinidade negra é produzida, bem como suas reflexões sobre o alto índice de violência e mortalidade contra jovens negros, nas metáforas dos “administradores onipotentes” e dos “criados supermasculinos” de Edricle Cleaver. Os administradores onipotentes são referências aos homens cisgêneros e heterossexuais e brancos e burgueses que controlam a sociedade, enquanto os criados supermasculinos são referências aos homens cisgêneros e proletários, geralmente negros, que executam as atividades braçais.

O autor afirma que “em uma sociedade racista, o homem negro traz a escravidão impressa em seu corpo e com ela os diversos atributos associados aos criados supermasculinos” (2014, p. 81), de modo que “o negro, mesmo que não saiba disso, mesmo que tente buscar outras significações e corporeidades, será visto e terá que, de uma forma ou de outra, dialogar com estas expectativas” (2014, p. 81). As noções de supermasculinidade e subintelectualidade negras a que o mesmo se refere estão associadas aos efeitos de poder do racismo estrutural, vinculados ao passado escravocrata, e à reprodução acrítica dos estereótipos heteropatriarcais. Nos termos do autor,

Esse é um dos aspectos importantes da racialização: a crença na superioridade corporal do negro é irmã gêmea da crença em sua inferioridade intelectual, assim como a crença na superioridade intelectual do branco é irmã gêmea da crença em sua inferioridade corporal diante do negro. Isso significa, antes de qualquer coisa, que o elogio ao (descomunal, excessivo e animalizado) pênis e/ou desempenho sexual do negro muitas vezes esconde justamente a impossibilidade de reconhecer sua humanidade em outras instâncias da vida. (2014, p. 78)

Ao discorrer acerca da tendência explicativa do gênero como plural, por meio da leitura do corpo como significante aberto em permanente processo de construção e da categoria analítica de gênero tomada em sua precariedade, Berenice Bento (2006) chama a atenção para as ferramentas analíticas elaboradas ou aperfeiçoadas com a emergência dos chamados estudos *queer* no interior dos estudos de gênero, no bojo das ciências humanas e do movimento de pensamento pós-estruturalista.

Dialogando com Judith Butler (2014), Berenice Bento afirma que a tendência de abordar o gênero pelo viés da diferença sexual pode levar a “uma coisificação do gênero e a um marco implicitamente heterossexual para a descrição dos gêneros, da identidade de gênero e da sexualidade” (2006, p. 76). Na sequência, a autora lança mão de algumas questões bastante pertinentes para fazer críticas a essa abordagem do gênero: “Qual a autonomia que uma abordagem como essa reserva à sexualidade? Como entender as práticas de sujeitos que se constroem fora dessa binariedade? Esse conceito contribui para a aproximação e a

compreensão de experiências como a das travestis e dos e das transexuais?” (2006, p. 76)

Sobre isso, a própria Judith Butler faz as seguintes provocações:

Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? (...) Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (2014, p. 26)

A abordagem teórica de Judith Butler (2014) do sistema sexo-gênero, postulado por Gayle Rubin (2003), pauta-se na analítica da política de gênero e da matriz heterossexual que a sustenta e a legitima, teorizada anteriormente por Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig, quando elas postularam os conceitos de heterossexualidade compulsória e contrato heterossexual, respectivamente. Denunciando o apagamento lésbico, o heterossexismo e o antifeminismo no interior do feminismo dominante, Adrienne Rich afirma que seu intuito é o de

(...) desafiar o apagamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista, um apagamento que eu sentia (e sinto) ser não apenas antilésbico, mas também antifeminista em suas consequências, além de distorcer igualmente a experiência das mulheres heterossexuais. (2010, p. 19)

A autora chama a atenção para como a política heteropatriarcal de gênero objetiva nos tornar homens e mulheres heterossexuais, com base em nossas genitálias e sistemas reprodutivos, nos marcos de uma economia significante masculinista que desempodera as mulheres, na medida em que as obriga a se relacionarem com os homens nos termos de um contrato hierarquizante que os privilegia socialmente. Para a mesma, a “heterossexualidade é uma instituição política que retira o poder das mulheres” (2010, p. 19). Estabelecendo um diálogo com Kathleen Gough acerca do “poder masculino” em múltiplos tempos e espaços, Adrienne Rich organiza um esquema para, posteriormente, explicar como a economia significante masculinista também é heterossexista, e que existe não apenas “a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contraforça potencial vem sendo restringida” (2010, p. 25). Ao todo, são oito categorias, como podemos ler a seguir:

A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade. (2010, p. 23)

Será que somos, todos e todas, apenas sujeitos generificados situados no interior de uma estrutura universal dividida entre dois grandes conjuntos de corpos, gêneros e subjetividades binários, fixos e totalizáveis? Será que somos apenas pênis e vaginas ambulantes cujas socializações supostamente nunca falham? Será que todos os pênis realmente possuem falo ou o mesmo falo? A obra de Adrienne Rich é importante no sentido denunciar o apagamento lésbico e o antifeminismo no feminismo dominante, mas acaba dando pouca atenção a como a heterossexualidade compulsória produz hierarquias entre os homens que se enunciam como heterossexuais, sobretudo os brancos e burgueses, e os sujeitos jogados às margens dessa categoria, tendo inclusive o próprio “estatuto de homem” questionado, entre os quais os gueis, sobretudo os afeminados, as travestis e as mulheres transexuais, acusados, os primeiros em menor e as últimas em maior medida, de traidores do gênero.

As feministas abolicionistas de gênero que tomam as teorias de Janice Raymonds e Sheila Jeffreys como referência política de movimento social produzem um ativismo marcado por leituras redutivas do conceito de heterossexualidade compulsória, uma vez que ignoram que a binariedade de gênero baseada no dimorfismo dos corpos e assentado sobre uma matriz biológica é uma exigência da heterossexualidade para que, de fato, ela opere no sentido de retirar o poder das mulheres cisgêneras. E não são apenas as mulheres cisgêneras que têm tal poder retirado nesse processo, diga-se, de passagem, bastante complexo...

Essas autoras defendem que travestis e mulheres transexuais são, no interior de uma estrutura universal dividida entre dois grandes conjuntos de corpos, gêneros e subjetividades binários, fixos e totalizáveis, “homens fetichistas”, “masoquistas”, “reprodutores de estereótipos do gênero feminino”, “ladrões do movimento feminista” e produtores de um poder supostamente unidirecional que nunca as captura e nunca as enquadra, mas que, ao contrário, supostamente as privilegia em termos de gênero, enquanto que os homens transexuais seriam, no interior dessa mesma estrutura universal, “mulheres seduzidas pelo patriarcado” em busca desses mesmos privilégios sociais. Na interpretação lunática de Sheila Jeffreys, citada por Luis Felipe Miguel, do fenômeno da transgeneridade,

(...) o trânsito de indivíduos nascidos homens para o papel de “mulheres” é revelador, sobretudo, do desejo masoquista de estar na posição dominada. Já o trânsito na direção inversa, menos frequente, revelaria a vontade de ascender ao que ela chama de “casta sexual superior”, optando por uma solução individual no lugar da luta feminista por igualdade. A despeito dos preconceitos contra pessoas trans, aparecer como pertencendo ao sexo masculino concederia vantagens palpáveis, numa sociedade sexista como a nossa (do maior respeito nos locais de trabalho ao fim do assédio sexual). (2016, p. 374)

O que nenhuma das autoras e muito menos suas seguidoras são capazes de perceber, ou honestas intelectualmente o suficiente para admitir, é que, por um lado, a conformação aos possíveis estereótipos de gênero ou a possível encarnação da “passabilidade cisgênera” são, sobretudo para as travestis e sujeitos transexuais e proletários, negros ou não, uma forma de sobrevivência mediante reconhecimento social do gênero reivindicado; e, por outro, a reprodução de possíveis práticas misóginas reifica a materialidade da transfobia, que, uma vez alinhadas às da misoginia e homofobia, opera como um dos vetores fundamentais do heteropatriarcado, produzindo efeitos de poder constitutivos de violências sistêmicas contra travestis e sujeitos transexuais. Tais violências variam desde a deslegitimação do gênero reivindicado e do nome social até a impossibilidade do uso do banheiro público, a objetificação sexual, a expulsão de casa e da escola, a prostituição compulsória e o estupro, isso sem falar no homicídio e na baixa expectativa de vida.

Beatriz Pagliarini Bagagli postula que a gênese da transfobia é fundamental para o próprio funcionamento das normas de gênero, sendo, com afirmei acima, um dos vetores fundamentais do heteropatriarcado. Assim, defende a autora, “a gênese está inscrita no próprio funcionamento das normas que naturaliza e justifica previamente estas violências, e isto se dá independentemente da contingência das trajetórias individuais dos sujeitos no que tange às suas transições de gênero” (2016a). Uma leitura oposta a esta, como a das abolicionistas de gênero que tomam as teorias de Janice Raymonds e Sheila Jeffreys como referência política, seria o que Beatriz Pagliarini Bagagli entende como individualista e define, esta sim, como liberal. Em suas próprias palavras,

Existem duas formas de compreender a exclusão e opressão de pessoas trans: uma liberal, que coloca o indivíduo como causa e origem de si mesmo e de sua própria situação/existência; uma materialista, que desloca o indivíduo deste lugar fundante central e dá lugar a uma análise estrutural que coloca a causa dos fenômenos como exterior a qualquer indivíduo. Uma análise materialista acerca da transfobia irá compreender que a exclusão de pessoas trans da sociedade não se origina nas e pelas ações dos indivíduos transgêneros, mas se dá de forma prévia a eles. A transfobia existe previamente aos casos contingentes de exclusão; a transfobia não tem origem em indivíduos que transgridem as normas; a transfobia não é causada pela ação de indivíduos contingentes que supostamente “do nada” e “livremente” se colocariam à margem das normas; ao contrário, a transfobia existe porque ela é necessária para a

reprodução das normas sociais de gênero, para a própria noção acerca da verdade dos sexos. (2016b)

Em um discurso proferido na Universidade de Chicago, em 2003, Angela Davis, citada por Maria Clara Araújo (2016), afirma que “mulheres trans têm de lutar para serem incluídas na categoria ‘mulher’ de uma maneira que não é distinta de lutas anteriores de mulheres negras e racializadas que foram designadas do gênero feminino ao nascer”. E prossegue afirmando que: “Essas lutas são chaves para compreender porque houve certa resistência por parte de mulheres não-brancas e também pobres e brancas da classe trabalhadora a se identificar com o movimento feminista emergente” durante os séculos XIX e XX. Nessa mesma direção, Helena Vieira afirma que

É politicamente importante para o feminismo ampliar-se para o conceito de transfeminismo, pois lutamos contra os mesmos discursos que nos reduzem a genitais. Lutamos ainda, ambas, pelo direito de fazer o que quisermos com nosso corpo. Enquanto os úteros das mulheres cis são posse do Estado, que as proíbe de abortar, as genitálias das mulheres trans é posse do Estado, que só nos permite mexer nelas depois de dezenas de laudos, permissão jurídica e um monte de processos com testemunhas e tudo o mais. Lutamos, ambas, contra biopolíticas que emanam do patriarcado, nos punem por não aceitarmos que ele nos façam homens, e as punem para mantê-las em suas rédeas. (2015)

O desafio seria, portanto, o de ampliar e pluralizar a categoria de mulher, como reivindicaram, em outros contextos sociais, as mulheres negras e as mulheres proletárias, de um modo geral, quando denunciaram o racismo e o elitismo do feminismo dominante, e não substituir, no interior de uma política representacional, um grupo de sujeitos por outros grupos de sujeitos, como parecem supor algumas feministas abolicionistas de gênero quando elas se referem às travestis e mulheres transexuais como “ladrões do movimento feminista”.

Segundo Judith Butler (2014), a matriz heterossexual confere inteligibilidade ao corpo e ao gênero, na medida em que exige uma série de correspondências binárias e hierárquicas, tidas como fixas e coerentes, entre os sexos, também tidos como fixos e coerentes. Há um alinhamento naturalizado entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, nos marcos da binariedade de gênero e da heterossexualidade compulsória, baseadas no dimorfismo dos corpos e assentadas sobre uma matriz biológica. Dito de outra maneira, há um alinhamento entre “ter pênis”, “ser homem”, “agir como homem”, “desejar alguém do sexo biológico designado como feminino” e ter “práticas sexuais com alguém do sexo biológico designado como feminino” que torna inteligível, em termos de gênero e sexualidade, esse modo de ser e existir no mundo. Correspondentemente, também há um alinhamento entre “ter vagina”, “ser mulher”, “agir como mulher”, “desejar alguém do sexo biológico designado como masculino”

e “ter práticas sexuais com alguém do sexo biológico designado como masculino”. Obviamente, esse regime de correspondências binárias entre os gêneros é demasiadamente simplista, uma vez que as fronteiras estruturadas discursivamente através de processos histórico-sociais que os opõem são mais fluidas e instáveis do que a maioria das pessoas está disposta a admitir...

Em suma, significa que só serão reconhecidos como sujeitos aqueles corpos em que sexo, gênero e desejo estão conformados à matriz heterossexual, e, ainda assim, em termos relacionais de gênero, as mulheres cisgêneras e heterossexuais só contarão como sujeitos na medida em que se conformarem a uma posição hierárquica de subordinação com relação aos homens cisgêneros e heterossexuais, sobretudo os brancos, e, desses, sobretudo os burgueses. Nos termos de Judith Butler,

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (2014, p. 38-39)

Nessa tendência explicativa do gênero como plural, o corpo e o sexo são tomados como significantes abertos em permanente processo de construção. Pensada em uma perspectiva pós-estruturalista, essa tendência nos obriga a perceber não apenas o gênero, mas o corpo e o sexo em suas historicidades, como efeitos de regimes de verdade, redes de saberes e relações de poder, produzidos no interior de um quadro de referências normativas materializado discursivamente. Significa dizer que o sexo e o corpo não são recipientes vazios pré-discursivos do gênero e da cultura. Suas materialidades também são produzidas discursivamente, o que me permite inferir que não existe sexo e corpo antes do discurso.

Em uma entrevista concebida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer acerca de como os corpos se tornam matéria, Judith Butler afirma que, “discursos habitam corpos, acomodam-se em corpos. Os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (2002, p. 163). Nessa perspectiva, Berenice Bento afirma, a partir de seu diálogo com Judith Butler (2014), que

Talvez o problema resida no fato de que, ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo. (...) A cultura entraria em cena para organizar esse nível pré-social,

ou pré-discursivo, para distribuir as atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos-sexuados. (2006, p. 76)

Anteriormente, mencionei algumas vezes os estudos *queer* e frisei que não parto propriamente de um lugar teórico no interior dos estudos *queer*, mas, sim, de uma perspectiva teórica feminista pós-estruturalista do campo dos estudos de gênero pensado como plural, apoiado, sobretudo, no pensamento de Judith Butler (2014), mas sem negligenciar o pensamento de Joan Scott (1995). Os estudos *queer* caracterizam-se por serem um campo heterogêneo dos estudos de gênero e sexualidade. Essa é a razão pela qual muitos estudiosos e estudiosas preferem se referir à Teoria *Queer* como estudos *queer*. Não estou certo de que seria coerente defini-la como teoria nos termos dos paradigmas científicos que referenciam a maneira como ela é habitualmente concebida: “com tesão” (T) nos termos de uma ciência magna e “sem tesão” nos termos de uma sensibilidade corporificada. Por essa razão, penso que, como a cartografia, o *queer* precisa ser pensado mais como uma atitude política do que como uma teoria propriamente dita ou, mesmo, como um sujeito ou uma identidade.

Em sua pretensão subversiva, o *queer*, ao menos nos Estados Unidos onde surgiu, recusa sua própria institucionalização, isto é, seu aprisionamento no interior de uma teoria fechada. Enquanto uma atitude política que nasce da impossibilidade identitária, da positivação de categorias originalmente precarizantes, como bicha ou veado, e de uma “virada epistêmica”, ele ressurge como um impulso crítico à pretensão totalizante da ciência magna, bem como das identidades normativas que sustentam as economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista.

A expressão “Teoria Queer” foi inventada por Teresa de Lauretis em 1991, mas ela remonta a um movimento teórico de aproximação dos estudos culturais estadunidenses com o pensamento pós-estruturalista francês, que já vinha sendo desenvolvido desde a década de 1980. Dentre elas, cito Gayle Rubin (2003), Adrienne Rich (2010), Monique Wittig, Luce Irigaray, Teresa de Lauretis, Paul B. Preciado, além da própria Judith Butler (2014), que se dedicaram a denunciar o apagamento da crítica à heterossexualidade compulsória nos estudos de gênero e no feminismo dominante.

Além disso, foram de suma importância para os estudos de gênero, pensado como plural, as teorias de Michel Foucault (1999b) e Thomas Laqueur acerca do dispositivo da sexualidade e do dispositivo do sexo, que, a partir do século XVIII, passa a ser interpretado por meio da noção de dimorfismo corporal assentado sobre uma matriz biológica. Nossos modos de sermos e existirmos no mundo têm relação direta com como o dispositivo de sexualidade, e suas técnicas institucionais e corporais de dominação, produzem, operados por

redes de saberes e relações de poder, nosso processo de subjetivação, e com como respondemos a eles. Na própria definição de Foucault:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (1999b, p. 100)

Ao analisar como esse dispositivo foi ordenado científica, econômica, jurídica e pedagogicamente em torno da exigência semântica de normalidade nas sociedades ocidentais, o autor afirma que a partir do

(...) fim do século XVIII (...) nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova; nova, porque, sem ser realmente independente da temática do pecado, escapava, basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. (1999b, p. 110)

O *queer* foi inventado e reinventado no contexto social dos Estados Unidos, no interior de uma rede semântica específica: inicialmente, como um xingamento; depois, como uma identidade política estratégica; e, posteriormente, como uma atitude para denunciar a heterossexualidade compulsória como matriz de inteligibilidade cultural que produz a binariedade e as hierarquias nas relações de gênero, bem como a homofobia e a transfobia. Ao abordar os estudos *queer* por meio de uma crítica decolonial, Pedro Paulo Gomes Pereira (2015) e Berenice Bento (2015), atentos para o contexto histórico do surgimento de tais estudos, denunciam a colonialidade do poder que opera na viagem das teorias que vêm do norte global para o sul global, o que inclui os próprios estudos *queer*. Pedro Paulo Gomes Pereira afirma que “A Teoria *Queer* é um repto à Teoria. O efeito de colocar um xingamento ao lado do termo ‘teoria’, adjetivando-o, é o de questionar a existência de algo que possa ser uma Teoria.” (2015, p. 412-413) Entretanto, em um movimento de aproximação do *queer* com o pensamento decolonial, o autor, assim como muitos estudiosos e muitas estudiosas críticos dos estudos *queer*, adverte que

Não obstante sua potência subversiva, a Teoria *Queer* não é externa à colonialidade, nem há como pensá-la isoladamente dos contextos geopolíticos de seus itinerários e de sua apropriação, bem como dos processos de tradução implicados. Ela viaja ao Sul, com os desafios, os perigos e as potencialidades que as viagens ensejam. Por isso, pode haver a tentação de simplesmente aplicá-la, como se aquele termo (*queer*)

e a subversão que provoca (a desestabilização da própria Teoria) não atuassem também em deslocamentos. É como se, durante a viagem, a abdicação de autoridade inicial fosse olvidada e a teoria ressurgisse, agora no posto de Teoria, pronta para ser aplicada. Mas, aplicar a Teoria *Queer*, acatando aqui o que fora formulado alhures, é uma espécie de escape do campo *queer*, uma vez que se assume como Teoria aquilo que brincava (e ridicularizava) com essa pretensão. Monta-se, nesse caso, uma trampa contra o *queer*. (2015, p. 413-414)

A partir de um diálogo com Pedro Paulo Gomes Pereira (2015), Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Enrique Dussel e Edgardo Lander, todos também latinos, Berenice Bento explica, em uma entrevista concedida a Felipe Padilha e Lara Facioli, porque rejeita o rótulo de teórica *queer*, o que não quer dizer que ela também rejeite as ferramentas analíticas elaboradas ou aperfeiçoadas com os estudos *queer*. A partir de uma visão de mundo crítica da estrutura capitalista e imperialista de dominação e tendo em vista a inteligibilidade local, a autora diz o seguinte:

Eu li Foucault, Butler, Preciado, Austin, Derrida, e então eu me dei conta de que havia encontrado corpos teóricos, não somente advindos da Teoria *Queer*. Foi um conjunto teórico que articulei e que me dava possibilidade de construir interpretações, por exemplo, sobre o reiterado processo de desumanização das pessoas trans. Quando minha tese foi publicada, eu fui carimbada com o selo de teórica *queer*. Isso, para mim, foi uma surpresa, porque eu não me reivindicava assim, foi de fora para dentro. Nunca foi um lugar que me deixou muito confortável, tampouco tranquila. Primeiro, eu não gosto da palavra *queer*. O que é *queer*? Em uma ocasião de trabalho, eu perguntei a uma pessoa estadunidense, via e-mail, se ela era *queer*. Ela se sentiu ofendida e insultada. Nunca mais nos falamos. Já no Brasil, se você fala que é *queer*, a grande maioria nem sabe do que se trata. *Queer*, teórica *queer*, não me provoca conforto. Não tem nenhum sentido para nós. No contexto estadunidense, o objetivo foi “dar um truque” na injúria, transformando a palavra *queer* (bicha) em algo positivo, em um lugar de identificações. Qual a potência do *queer* na sociedade brasileira? Nenhuma. Se eu falo bicha, viado, boiola, sapatão, traveco, eu consigo fazer com que meu discurso tenha algum nível de inteligibilidade local. O próprio nome do campo já introduz algo de um pensamento colonizado que não me agrada de jeito nenhum. (...) Nas universidades de Nova Iorque, por exemplo, departamentos e grupos de pesquisa assumem o *queer* em suas identificações. No Brasil, o *queer* chega pelas universidades e não sai dali. Por quê? Acho que as dinâmicas dos movimentos sociais e a relação com o Estado aqui são completamente diferentes das estadunidenses. (2015, p. 147-148)

Ao fazer uma genealogia do *queer* no Brasil, Fernando José Benetti radicaliza a denúncia da colonialidade do poder no processo de importação acrítica do *queer* no Brasil, seguido de sua institucionalização acadêmica, na qual ele corre sérios riscos de ser concebido como um método *in vitro* pronto para ser aplicado, sendo que é precisamente contra essa postura que uma atitude *queer* deveria se insurgir. O autor dispara as seguintes provações:

Será que a Teoria *Queer* foi readaptada ao contexto sexual nacional? Ela foi ou está sendo repensada, ou ela serve como “ferramenta” para a abordagem de alguns assuntos “subversivos”? Para repensar a Teoria *Queer* ao contexto nacional, é

necessário termos noção das especificidades das lógicas sexuais no Brasil? Temos noção destas especificidades? (2013, p. 96)

Um dos autores que mais demonstra preocupação em explicar o que são e fazer genealogias dos estudos *queer* nos Estados Unidos é Richard Miskolci, mais até do que a própria Guacira Lopes Louro, apontada pelo autor como sendo a pioneira dos estudos *queer* no Brasil, afirmação esta que, inclusive, Fernando José Benetti (2013) contesta, com fartas evidências, em sua excelente monografia. O autor afirma que o *queer* vinha sendo estudado no Brasil pelo menos desde o ano de 1995, em grupos de estudos da Universidade de Campinas (UNICAMP) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual Guacira Lopes Louro se encontrava e ainda se encontra vinculada. Ainda que não dispusesse de um repertório teórico que lhe permitisse entender o pensamento anti-identitário de Judith Butler, Karla Adriana Martins Bessa já havia feito uma resenha de “Problemas de gênero” nesse mesmo ano, antes mesmo de a obra ser traduzida para o português. Fernando José Benetti evidencia que, desde o final da década de 1970, estudiosos e ativistas gays, como Peter Fry, Edward MacRae e Néstor Perlongher, além de outros vinculados ao movimento social “Somos” e ao jornal “Lampião da Esquina”, já denunciavam o caráter construído da heterossexualidade compulsória e da binariedade de gênero, expresso em categorias como “dominador” x “dominada”, “ativo” x “passiva”, “macho” x “mulher”, “macho” x “bicha” e “sapatão” x “mulher”.

4. ... DA FORMAÇÃO HEGEMÔNICA NEOLIBERAL-CONSERVADORA E DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES NAS ESCOLAS ...

A concepção política, filosófica, teórica e metodológica que assumo para pensar eticamente os elementos articulatórios da formação hegemônica neoliberal-conservadora instituída, bem como a educação, no contexto do sistema de escolarização e para além dele, está discursivamente posicionada no interior do movimento de pensamento pós-estruturalista, com autores e autoras como Alfredo Veiga-Neto (2012), Eni Puccinelli Orlandi (2003; 2016) e Guacira Lopes Louro (2000, 2003), com alguns pontos de articulação com o campo do movimento de pensamento neomarxista, com autores e autoras como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Além da análise macropolítica da conjuntura política situada no interior da formação hegemônica neoliberal-conservadora, interessa-me pensar em como as representações normativas de gênero, sexualidade, raça e classe enraízam nossas subjetividades em determinadas identidades e posições-de-sujeito, homogeneizando-as e reificando múltiplas desigualdades sociais, pensamento este que foge às noções binárias e totalizantes de sujeito, antagonismo, prática pedagógica e projeto emancipatório.

Considerando que as escolas são espaços de formação ética e intelectual, de (re)produção do conhecimento científico e, também, de socialização, uma vez que, via de regra, passamos nossas infâncias e adolescências nesses espaços, temos o dever ético de pensar sobre as funções sociais da educação, os desafios contemporâneos e as disputas por significação que tomam o sistema de escolarização como objeto político. Que relações podemos e devemos estabelecer entre os conteúdos legitimados como formais no currículo, a partir de cada área específica do conhecimento e seus métodos, e as práticas sociais? Por que é importante pensar acerca das formas de opressão no espaço das escolas, uma vez que elas atravessam as práticas sociais? Como podemos pensar as relações desses conteúdos com as práticas sociais sem secundarizar a (re)produção do conhecimento científico e sem descaracterizar as escolas como espaços privilegiados de uma formação ética que não esteja desvinculada de uma formação intelectual, uma vez que uma formação não-intelectualizada reforçaria ainda mais o abismo existente entre as elites brancas e todo o restante da população?

Quais as possibilidades e os limites das escolas nesse sentido, considerando que elas estão institucionalizadas em um sistema gerido por sujeitos economicamente e racialmente privilegiados que têm interesses em impedir a implementação de um conjunto de pressupostos

político-pedagógicos que, de fato, sejam emancipadores? O sistema de escolarização pode ser tomado como determinante principal das transformações sociais ou ele precisa ser reconhecido como elemento secundário e articulatório no interior do qual as disputas por significação são travadas? Considerando esses limites e essas possibilidades do sistema de escolarização, bem como os pressupostos da formação ética e intelectual e da (re)produção do conhecimento científico no espaço das escolas, que práticas político-pedagógicas podemos adotar, no espaço das escolas, contra as representações normativas de gênero, sexualidade, raça e classe que enraízam nossas subjetividades em determinadas identidades e posições-de-sujeito, homogeneizando-as e reificando múltiplas desigualdades sociais?

Nas duas escolas onde estudei, muitos foram os sujeitos que escarneceram de mim e muitos os que ignoravam tudo o que presenciavam, entre os quais muitas daqueles que assumiram o compromisso ético de educar. Fui agredido algumas vezes na escola e na rua, e decidi me silenciar a respeito disso por medo. Eu só conseguia perceber minha sexualidade e a de outros sujeitos a partir de juízos de valores normativos que produziam em mim o sentimento de vergonha com relação à minha afeminação e com relação à homossexualidade. Concluí o Ensino Médio no segundo semestre de 2008. Nove anos se passaram e continuo presenciando práticas machistas, homofóbicas, transfóbicas, racistas e elitistas, inclusive de professores e professoras. A diferença é que agora há linhas que me constituem como um professor-pesquisador que dispõe de um repertório teórico e político que me possibilita adotar uma atitude implicada contra as formas de opressão, ainda que às vezes eu falhe em alguns de meus objetivos políticos e intelectuais.

A educação institucionalizada por meio do sistema de escolarização é um dispositivo que, por meio de uma rede de saberes e relações de poder, produz técnicas institucionais e corporais de captura, enquadramento e normalização das subjetividades, com vistas ao disciplinamento dos corpos. Esse processo está profundamente afetado pelas economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista, debate teórico este muito bem conduzido por Guacira Lopes Louro (2000; 2003). Esse dispositivo é um dos elementos que compõem, de maneira privilegiada, o projeto burguês capitalista ocidental moderno de civilidade. Partindo do conceito e da analítica de poder de Michel Foucault (1998), Guacira Lopes Louro afirma que “um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala” (2000, p. 14). Porém, afirma a própria autora, “os sujeitos deslizam e escapam das classificações em que ansiamos por localizá-los” (2000, p. 22). Esse movimento de fuga é politicamente indispensável para criação de dispositivos de resistência e para a produção de novas subjetividades.

Eni Puccinelli Orlandi caracteriza o discurso pedagógico institucionalizado como essencialmente autoritário. O discurso pedagógico exige, no interior da escola, enquanto instituição na qual se origina e para qual tende, a disposição dos corpos em funções distintas e distintivas. Esses corpos são treinados no silêncio para um determinado modelo de fala. Esse treino legitima o estatuto de cientificidade produzido na apropriação do conhecimento do ou da cientista pelo professor ou pela professora. No interior dessa apropriação, a mediação é ocultada e o conhecimento inculcado nos e nas estudantes por meio de uma objetividade científica que supostamente não possui nenhuma base ideológica. A autora analisa que

O sistema de ensino atribui a posse da metalinguagem ao professor, autorizando-o. O professor, por sua vez, se apropria do cientista e se confunde com ele sem se mostrar como voz mediadora. Apaga-se o modo pelo qual se faz essa apropriação do conhecimento do cientista tornando-se, o professor, detentor daquele conhecimento. Como o professor, na instituição, é autoridade convenientemente titulada, e como ele se apropria do cientista, dizer e saber se equivalem. O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe: a isso se chama escolarização. (2003, p. 31)

Apesar de concordar com a tese de Eni Puccinelli Orlandi de que professores e professoras atuam como disciplinadores em potencial dos corpos dos e das estudantes, não defendo, como é comum nas noções binárias e totalizantes de sujeito, antagonismo e prática pedagógica, que estudantes são sujeitos completamente dóceis ou completamente oprimidos, logo sem capacidade de agência. Da mesma maneira, defendo que professores e professoras são sujeitos que, apesar de ocuparem uma posição institucionalmente estratégica, também estão enredados pelas redes de saberes e relações de poder que circulam nas escolas e no interior do sistema de escolarização. Essas relações de poder também capturam, enquadram e normalizam seus corpos, o que pode gerar como efeito o reprodutivismo acrítico de suas trajetórias escolares ou, ainda, a reificação dos limites institucionais que dificultam a criação de dispositivos de resistência, tais como a burocracia institucional, o excesso de carga-horária em sala de aula, o excesso de conteúdos programáticos, a carga-horária reduzida para trabalhar tais conteúdos, as salas de aula superlotadas, a falta de um planejamento coletivo tendo em vista os pressupostos do Projeto Político-Pedagógico escolar, além da instabilidade profissional e salarial.

É inegável que, por ocuparem uma posição institucionalmente estratégica, professores e professoras têm mais condições materiais de exercício de poder no interior da escola, bem como possibilidades de criação de dispositivos de resistência, apesar dos limites

institucionais. Entretanto, como as relações de poder que circulam nesses espaços não são monolíticas, eles e elas não podem ser pensados como sujeitos autômatos que apenas oprimem, nem como intelectuais críticos que vão libertar os e as estudantes das amarras de todas as formas de opressão, mesmo porque toda noção de liberdade, ainda que precária, precisa se apoiar na possibilidade de intervenção individual nos acontecimentos, quer seja para aceitá-los, tendo em vista a manutenção das economias significantes, quer seja para rejeitá-los, tendo em vista a criação de novas subjetividades. Além disso, o sistema de escolarização não é determinante principal das transformações sociais, mas um elemento secundário e articulatório no interior do qual as disputas por significação são travadas.

Da mesma maneira que estudantes podem desafiar possíveis práticas discriminatórias de professores e professoras ou resistir ao discurso pedagógico autoritário, os últimos e as últimas podem se ver mobilizados a adotar uma atitude implicada contra possíveis práticas discriminatórias reproduzidas por estudantes e colegas professores e professoras, como a reprodução de práticas machistas, homofóbicas e transfóbicas embasadas por um discurso religioso do tipo fundamentalista. Além disso, nem todos os atos categorizados como bom comportamento ou mal comportamento são essencialmente bons ou ruins em si mesmos. Antes de emitir um juízo de valor apressado e redutivo acerca deles e das práticas pedagógicas, precisamos refletir acerca dos pressupostos éticos que constituem esses atos e, nesse exercício intelectual, pensar a materialidade histórica desses pressupostos. Para tanto, usando a metáfora de Alfredo Veiga-Neto (2012), “é preciso ir aos porões”...

Em uma direção distinta tanto dos projetos educacionais neoliberais quanto dos projetos educacionais anticapitalistas dominantes, e, respectivamente, de suas prevalências do individualismo sobre qualquer noção de coletividade e do coletivismo sobre qualquer noção de individualidade, Alfredo Veiga-Neto defende uma ética educacional por meio da qual o sujeito desenvolva uma micropolítica ativa no processo de construção da sua autonomia intelectual, com vistas à compreensão de todas as instâncias da educação. Isso inclui, no interior de uma metáfora elaborada por ele, pensar a educação como uma casa dividida em dependências: o porão, como uma referência às origens do nosso pensamento; o piso intermediário, como uma referência às práticas pedagógicas cotidianas; e o sótão, como uma referência às possibilidades de construção de outros mundos. Nessa micropolítica ativa,

(...) antes do agir coletivo, o que mais conta para o ativista é o seu compromisso ético com os outros e consigo mesmo. Tal compromisso ético do ativista implica tanto uma atitude de verdade e coerência consigo mesmo e nas relações que mantém com os outros, quanto a sua permanente reflexão e contínuos reajustamentos que

devem proceder em razão de um ininterrupto cotejamento entre os seus pensamentos e as suas ações. (2012, p. 273)

Uma das grandes falhas do sistema de escolarização instituído e do dizer pedagógico institucionalizado é que ele tendem a não conceber a cidadania como algo que tem que ser exercido no presente, mas como uma meta a ser alcançada, por meio da lógica do poder disciplinar e daquilo que Alfredo Veiga-Neto chama de “pragas pedagógicas”, depois de passar por cada uma das séries que compõem o estágio escolar e depois de aprender todos os conteúdos programáticos segmentados, inculcados por meio do dizer pedagógico que institui e legitima a escola como um espaço mais de reprodução do que de construção do conhecimento. Isso dificulta a construção de uma ética educacional por meio da qual o sujeito desenvolva uma micropolítica ativa no processo de construção da sua autonomia intelectual. Entre as práticas pedagógicas a que o autor se refere estão o prescritivismo, o metodologismo, o transcendentalismo, o fundamentalismo, o redentorismo e o salvacionismo.

Eni Puccinelli Orlandi afirma que a noção de sujeito da cidadania no sistema de escolarização é a de consumidor ou consumidora e a noção de conhecimento é a de emprego, uma vez que o que importa é a noção combinada de quantidade, capacitação e eficiência no interior da educação serializada e da lógica do poder disciplinar, que remetem à lógica organizacional das indústrias, o que explicita a demanda burguesa por um modelo pedagógico liberal na perspectiva da racionalidade técnica e do utilitarismo. O consumo e o emprego encontram-se vinculados, portanto, às demandas por capacitação do mercado de trabalho, que reificam o capitalismo no sentido de atualizá-lo naquilo que ele tem de socialmente excludente. Nessa lógica, a educação “vincula-se ao programa de desenvolvimento do país e não da formação do sujeito social, de maneira mais ampla” (2016, p. 70). Isso significa, portanto, que

A pressa, a rapidez e a quantidade estão conjugadas, comprometidas com a aceleração do desenvolvimento, e não com a transformação social. Com a informação e não com o conhecimento. Com a linguagem enquanto instrumento de comunicação e de informação, e não como produtora de sentidos e de constituição de sujeitos (bem formados). (2016, p. 73)

Com efeito, são ignoradas as relações que podemos estabelecer entre linguagem, pensamento e mundo que resultariam na compreensão de como o conhecimento está significando as relações que estabelecemos com a sociedade. Nosso desafio ético, enquanto professores e professoras, é o de pensar de que maneiras podemos transformar em conhecimento as demandas sociais por certas formas de conhecimento, com vistas à

transformação de certas condições constitutivas de determinadas conjunturas políticas, posicionadas no campo da formação hegemônica neoliberal-conservadora, e a criação de dispositivos que possibilitem aos sujeitos produzirem novas subjetividades e deslocamentos de sentidos desde o interior dessa lógica.

As escolas são espaços de (re)produção do conhecimento científico, mas também de socialização, e em ambas as dimensões, que são indissociáveis, devemos considerar a dimensão da formação ética e intelectual que as pauta, algo impossível sem a crítica de como o sistema de escolarização, por meio do poder disciplinar, molda e fabrica indivíduos para (re)produzirem as economias significantes capitalista, racista, masculinista, cissexista e heterossexista. Por mais que as redes de saberes e as relações de poder que (re)produzem essas economias significantes nem sempre estejam explícitas, elas estão subentendidas epistemicamente, não apenas na maneira como o currículo formal é concebido, muitas vezes a partir da noção de uma objetividade científica que supostamente não possui nenhuma base ideológica, mas, também, nos efeitos de poder do regime de circularidade discursiva que legitima essas economias significantes, dentro e fora do sistema de escolarização.

No que pesem alguns avanços democráticos inscritos no currículo formal e nos livros didáticos, sobretudo para as ciências humanas, e as disputas por significação que tomam o sistema de escolarização como objeto político, algumas concepções curriculares normalizadoras e excludentes se inscrevem na ordenação arquitetônica, na organização dos espaços, na disposição dos corpos no interior dessa ordenação, nas relações interpessoais, nas práticas pedagógicas e para além delas. Referindo-se a esses elementos que constituem as escolas e nos convocando a uma analítica sensível e crítica da lógica do poder disciplinar que os opera, Guacira Lopes Louro afirma que

(...) se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades de classe, raciais, étnicas, de gênero, de sexualidade; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (2003, p. 85-86)

Interferir na continuidade dessas desigualdades sociais exige de nós, professores e professoras, além de sensibilidade e indignação, a adoção de um exercício intelectual de “ir aos porões” que nos obrigue a refletir nos pressupostos éticos que as constituem nesses

termos. Isso é decisivo na possibilidade de construção daquilo que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe chamam de democracia radical pluralista (2015). O autor e autora usam esse conceito para pensar a democracia como um projeto em construção, permanentemente aberto, produzido no consenso constitutivo de uma articulação hegemônica. O conceito de articulação a que me refiro quando uso o conceito de articulação hegemônica é definido como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (2015, p. 178).

Nessa concepção, uma nova formação hegemônica, isto é, um novo bloco histórico, com um novo terreno antagonístico, só poderia ser construída a partir de novas práticas articulatórias, por meio da radicalização da política socialista, com vistas à construção de uma política de coalizão, com campos de luta autonomizados, porém com pontos de articulação, contra todas as relações de subordinação. Não existe vínculo automático, nem empatia automática pela dor, entre as lutas anti-misoginia, anti-homofobia, anti-transfobia, anti-racismo e anti-capitalismo, entre outras. Tudo depende dos nossos esforços políticos de articulação hegemônica. Por essa razão, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe afirmam que “só é possível construir esta articulação a partir de lutas distintas, que somente exercem seus efeitos equivalenciais e de sobredeterminação em certas esferas do social. Isto requer a autonomização das esferas de luta e a multiplicação de espaços políticos” (2015, p. 266). Em outras palavras, o autor e autora alertam para o fato de que

Só quando o caráter aberto, não-suturado, do social é totalmente aceito, quando o essencialismo da totalidade e dos elementos é rejeitado, que este potencial torna-se claramente visível e a “hegemonia” pode vir a se constituir em uma ferramenta fundamental para análise política de esquerda. Essas condições surgem originalmente no campo do que denominamos “revolução democrática”, mas só são maximizadas em todos os seus efeitos desconstrutivos no projeto de uma democracia radical, ou, em outras palavras, em uma forma de política que se funda não na postulação dogmática de qualquer “essência do social”, mas, ao contrário, na afirmação da contingência e ambiguidade de toda “essência” e no caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo. (2015, p. 283-284)

Um caminho possível seria pensar a política representacional como uma coalizão aberta, tendo em vista os antagonismos e as interseccionalidades no interior de cada movimento social, como forma de não excluir por antecipação as demandas políticas de nenhum dos sujeitos por eles representados. Ao postular por antecipação que determinadas demandas políticas são objetos de outros movimentos sociais, não são apenas os sujeitos designados como opressores de maneira unitária que são automaticamente excluídos do campo discursivo sobre os sujeitos designados como oprimidos, mas os próprios sujeitos

designados oprimidos, uma vez que não têm todas as suas demandas políticas devidamente representadas. A postura totalizante das análises que se valem de apenas uma categoria analítica para criticar uma estrutura de opressão específica é uma das razões políticas da fragmentação dos movimentos sociais e do surgimento de movimentos dissidentes que vão denunciar justamente esse tipo de postura. É no âmbito das denúncias desse tipo de postura e dos problemas relacionados à política representacional que surgiram movimentos sociais como o feminismo lésbico, o feminismo negro e o feminismo marxista. Assumindo uma postura implicada, localizada e interseccional contrária a uma postura feminista totalizante, Judith Butler afirma que

A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos. O fato de a tática poder funcionar igualmente em contextos feministas e antifeministas sugere que o gesto colonizador não é primária ou irredutivelmente masculinista. Ele pode operar para levar a cabo outras relações de subordinação heterossexista, racista e elitista, para citar apenas algumas. (2003, p. 33-34)

Ao descreverem as estratégias de articulação da chamada nova direita para construir uma hegemonia neoliberal-conservadora, cujas forças desencadearam nos governos de Margareth Teatcher, no Reino Unido, na década de 1970, e de Ronaldo Reagan, nos Estados Unidos, na década de 1980, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe afirmam o seguinte:

Que os meios de resistência a novas formas de subordinação sejam polissêmicos e possam perfeitamente ser articulados a um discurso antidemocrático, pode-se demonstrar claramente pelo avanço da “nova direita” nos últimos anos. Sua novidade reside em sua articulação bem sucedida ao discurso não-liberal de uma série de resistências à transformação das relações sociais. O apoio popular aos projetos de Reagan e Thatcher de desmantelamento do *welfare state* [estado de bem-estar social] se explica pelo fato de eles terem conseguido mobilizar contra o último toda uma série de resistências ao caráter burocrático das novas formas de organização estatal. (...) A defesa de direitos adquiridos fundados na supremacia branca e masculina, que alimenta a reação conservadora, amplia, desta forma, a abrangência dos seus efeitos hegemônicos. Constrói-se, assim, um antagonismo entre dois polos: o “povo”, que inclui todos aqueles que defendem valores tradicionais e a livre iniciativa; e seus adversários, constituídos pelo Estado e todos os subversivos (feministas, negros, jovens e “permissivos” de todos os matizes). (2015, p. 256)

O desmantelamento do estado de bem-estar social de que falam o autor e autora, que foi implementado a partir de uma interpretação socialista da política liberal, tendo em vista o Estado como agente da promoção do social, isto é, a intervenção do Estado no campo

econômico para garantir a promoção de direitos civis básicos necessários à construção de uma sociedade mais equânime, é efeito de poder de uma política neoliberal articulada com elementos de uma política conservadora. Apesar dos elementos gerais que caracterizam a política neoliberal, precisamos levar em consideração a colonialidade do poder e como a articulação entre o nacionalismo e o imperialismo decorrente dessa política modificaram historicamente a geopolítica dos países do sul global, como o Brasil, subordinando-os, em termos de inferioridade, à lógica do capitalismo global. Esse sistema é liderado pelas grandes corporações financeiras dos países ocidentais do norte global, às quais os próprios governos também são subordinados.

A política neoliberal no Brasil não preza, e nunca prezou, pela soberania nacional e, portanto, não tem nada de patriota, ainda que seus defensores proclamem isso. Ela é necessariamente entreguista. Um dos elementos que ela tem em comum com a política neoliberal inglesa e estadunidense é o fato de terem, ambas, emergido como uma reposta elitista e conservadora ao estado de bem-estar social e à regulamentação das atividades produtivas cuja finalidade era a de assegurar a geração de riquezas materiais junto com a diminuição das desigualdades sociais, que podem ou não incluir, mas muitas vezes incluem, pautas progressistas voltadas às lutas pela erradicação das desigualdades sociais de gênero, sexualidade e raça.

Entender como o heteropatriarcado, a branquitude normativa e o conservadorismo cristão foram elementos importantes da articulação hegemônica responsável pelo avanço da política neoliberal no Reino Unido da década de 1970 e nos Estados Unidos da década de 1980 é imprescindível para entendermos as condições culturais e conjunturais que instituíram a atual formação hegemônica no Brasil, tendo em vista sua subordinação, em termos de inferioridade, na lógica do capitalismo global e do avanço da política neoliberal no contexto de outras conjunturas políticas.

A articulação neoliberal-conservadora no Brasil começou a se fortalecer no início da década de 2010, mas ganhou contornos mais sólidos após o resultado das eleições presidenciais que acarretaram na reeleição de Dilma Rousseff (PT). Essa vitória não foi aceita pela maior parte das frações da alta burguesia nacional, que idealizava a implementação da plataforma de governo do candidato adversário, o senador Aécio Neves (PSDB), que perdeu as eleições. Essa plataforma de governo foi colocada em prática tão logo a presidenta, legitimamente eleita pelo voto popular, foi afastada de suas funções, durante o processo de *impeachment* ou impedimento. Mesmo sendo um parlamentar ficha-suja, denunciado por ter feito doações ilegais para as campanhas de 2014 de dois candidatos a deputado federal pelo

seu partido no Rio Grande do Sul (RS), o ex-vice-presidente, Michel Temer (PMDB), conseguiu ocupar um cargo político para o qual não foi eleito, mediante golpe parlamentar de caráter neoliberal-conservador, apoiado maciçamente por parlamentares de seu partido, do PSDB, do DEM, do PP, além das elites do judiciário, das grandes emissoras, das forças armadas e das lideranças religiosas.

O impedimento é um rito previsto na Constituição brasileira e instaurado com base na denúncia contra as maiores autoridades do poder executivo, incluindo o presidente ou a presidenta, por existência de organização criminosa, crime de responsabilidade, abuso de poder ou desrespeito às normas constitucionais. Com base no artigo 85 da Constituição Federal (mais especificamente da seção III, que dispõe sobre a responsabilidade do presidente ou da presidenta da república, do capítulo II, que dispõe sobre o poder executivo, e do título IV, que dispõe sobre a organização dos poderes), o procurador de justiça aposentado Hélio Pereira Bicudo, o advogado Miguel Reale Júnior e a advogada Janaina Conceição Paschoal (que recebeu 45 mil reais do PSDB) protocolaram o pedido de impedimento de Dilma Rousseff, direcionado ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB).

No documento, eles e ela alegaram uma suposta prática de crime de responsabilidade, com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, requerendo a decretação da perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública pelo prazo de oito anos. Eduardo Cunha é um ex-parlamentar, também ficha-suja, que, curiosamente, só foi afastado do exercício de seu mandato de parlamentar após o impedimento de Dilma Rousseff, mesmo sendo um réu investigado por ocultação da existência de contas bancárias no exterior em depoimento à CPI da Petrobras, em março de 2015. Uma das passagens do texto que resume as denúncias dos acusadores e da acusadora contra Dilma Rousseff pode ser resumida no excerto abaixo, no qual os mesmos e a mesma afirmam que

(...) os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir estará evidenciado, sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, seja pela edição de decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização do Congresso Nacional; seja pela prática das chamadas pedaladas fiscais, com inequívoca maquiagem das contas públicas. (2015, p. 11-12)

Os acusadores e a acusadora afirmam ainda que “em nenhuma medida, considerar que a possibilidade de impeachment representa golpe”, e prosseguem afirmando que “o que uma verdadeira República não pode admitir é que o governante lance mão de todo tipo de

desmando, com o fim de garantir sua reeleição, ficando blindado à devida ação dos demais poderes” (2015, p. 60). Na contramão desse argumento, Ivana Jinkins afirma que

No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de “revolução”. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016, isso se repete no país. A presidenta legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (2016, p. 11-12)

Armando Boito Jr. afirma que os e as parlamentares tendem a se apresentar como defensores dos interesses político-econômicos dos cidadãos e das cidadãs, ou, ainda, do país, de modo que “na crise atual, esse fenômeno da dissimulação aparece, de modo exemplar, na luta contra a corrupção: de um lado, teríamos um governo e um partido corruptos e, de outro, um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública” (2016, p. 25), moralidade que reifica a formação hegemônica neoliberal-ultraconservadora. Curiosamente, os parlamentares que passaram a compor o poder executivo federal, aqueles que bradavam palavras de ordem no intuito de supostamente instaurar a moralidade pública, estavam, desde o início do processo de impedimento de Dilma Rousseff, envolvidos em escândalos de corrupção, sendo, inclusive, citados na Operação Lava-Jato.

Armando Boito Júnior chama a atenção para a necessidade de avançarmos analiticamente na concepção de que houve e há um conflito simples entre burguesia e proletariado, ou, ainda, de que os governos de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), entre 2003 e 2016, são anti-neoliberais e os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de Michel Temer (PMDB) são liberais. O PT foi um partido criado a partir de um movimento sindical de base popular, mas, segundo o autor, isso não significa que o mesmo tenha rompido com o capitalismo, mesmo porque, dada à composição da nossa conjuntura política, isso não seria possível em razão das condições concretas de governabilidade. O partido retomou uma nova proposta desenvolvimentista de política, pautada na intervenção do Estado em prol do desenvolvimento nacional do capitalismo no Brasil.

Isso significa que as frações da alta burguesia que dirigiam esse novo desenvolvimentismo foi gradativamente abandonando qualquer pretensão nacionalista e anti-imperialista. Esse fato não anula, entretanto, os resultados positivos das políticas públicas implementadas nos governos petistas, nem as disputas entre projetos políticos distintos pautados não em uma simples luta de classes, mas em “um conflito distributivo pela

apropriação da riqueza” (2016, p. 25), que “envolve diversas classes e frações burguesas” (2016, p. 25), independente das alianças políticas contraditórias em razão das condições concretas de governabilidade.

Quando a pasta da Educação foi ocupada por Mendonça Filho (DEM) durante o governo interino do ex-vice-presidente, o mesmo adotou uma série de medidas neoliberais autoritárias: a adesão estratégica ao Projeto Escola Sem Partido; a imposição de uma medida provisória de reforma do Ensino Médio; a demonstração estratégica de certa simpatia ao discurso religioso do tipo fundamentalista, que acusa os debates de gênero e sexualidade de “ideologia de gênero”; e a exoneração de várias pessoas que trabalhavam na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que tinha como objetivo, como é afirmado no próprio portal do Ministério da Educação (MEC), “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental”.

O desmonte estadual da política de EJA para os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) no Mato Grosso, durante o segundo semestre de 2016, está alinhado politicamente ao desmonte da política nacional de EJA e das demais políticas públicas equalizadoras fomentadas por meio da SECADI, iniciada no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), quando ainda era SECAD, e fortalecida a partir do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (PT), sobretudo no que se refere às políticas de inclusão e acessibilidade de sujeitos deficientes nas escolas.

As reestruturações da política de EJA impostas no governo de Pedro Taques (PSDB) e a ausência de uma normativa específica para os CEJAs, como havia até então, provocaram uma obsolescência planejada dos centros, seguida de seu consequente desmonte. Até então as políticas que estruturam os CEJAs enquanto instituições de ensino postulavam a necessidade de se construir uma realidade educacional inclusiva nos mais variados sentidos. Segundo a Regra de Organização Pedagógica (ROP), para as unidades das instituições de ensino em questão, estas tinham como finalidade “constituir identidade própria para a modalidade EJA e oferecer formas diferenciadas de atendimento que compreenda a Educação Formal e Informal integrada ao mundo do trabalho ao longo da vida” (2014, p. 1), bem como “a necessidade de reconhecer as especificidades dos sujeitos da EJA e dos diferentes tempos e espaços formativos” (2014, p. 1).

A articulação política, no interior da formação hegemônica neoliberal-conservadora, dos parlamentares das bancadas militarista, fundamentalista e ruralista do Congresso e do

Senado, também conhecida como bancada BBB (bancada da Bala, da Bíblia e do Boi), tem impedido o avanço de pautas progressistas voltadas às lutas pela erradicação das desigualdades sociais, entre elas as de gênero e sexualidade, e provocado alguns recuos legais e retrocessos democráticos em relação a uma série de conquistas históricas, tais como a tentativa de imposição do Projeto Escola Sem Partido, a exclusão do conceito de gênero dos planos educacionais, a desarticulação da Comissão de Gênero e a aprovação do Estatuto da Família.

O Projeto de Lei n.º 867, de 2015, que foi protocolado novamente como Projeto de Lei nº 193, de 2016, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”, é de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB) e do senador Magno Malta (PR), e de relatoria do senador Cristovam Buarque (PPS). Entre as proposições do projeto pelos parlamentares: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (2015, art. 3º, p. 2).

O projeto delibera sobre sua aplicação “no que couber: I - aos livros didáticos e paradidáticos” (art. 8º, p. 4) e, ainda, “IV - às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal” (art. 8º, p. 4). O mesmo determina que “As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato” (art. 7º, p. 4). Nessa passagem, chamo a atenção para o incentivo à delação e à judicialização das relações e das práticas pedagógicas. Com graves problemas de ordem metodológica, os parlamentares justificam o projeto afirmando que

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (2015, p. 5)

Nessa passagem, chamo a atenção para a estratégia do uso dos debates de gênero e sexualidade como um foco persecutório do projeto. Os parlamentares destacam, ainda, uma

série de práticas que consideram ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis. Entre elas, destaco as seguintes:

3 - O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe a liberdade de consciência do indivíduo. Por isso, o fato de o estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor implica para esse professor o dever de não utilizar sua disciplina como instrumento de cooptação político-partidária ou ideológica; (p. 6)

9 - Ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o *bullying* político e ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas. Em certos ambientes, um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas. E isso se deve, principalmente, ao ambiente de sectarismo criado pela doutrinação; (p. 7)

14 - No que tange à educação moral, referida no art. 2º, VII, do projeto de lei, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu art. 12 que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”; (p. 14)

16 - Finalmente, um Estado que se define como laico – e que, portanto deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião; (p. 14)

Quando a doutrinação ou cooptação ideológica acontece? Quais os critérios para definir o que é uma doutrinação ou cooptação ideológica? De que *bullying* político-ideológico praticado por professores e professoras ou por educandos e educandas, com a conivência dos primeiros e das primeiras, os parlamentares estão falando? A que posturas políticas de educandos e educandas desrespeitados eles estão se referindo quando falam em correntes ideológicas dominantes e não-dominantes? Por que essas posturas não são consideradas ideológicas também? O que eles interpretam como correntes ideológicas dominantes e não-dominantes?

De que educação moral e religiosa eles falam quando se referem ao direito dos pais e mães sobre seus filhos e filhas? Existe apenas uma moral ou religião quando falamos em educação moral e religiosa de pais e mães? Que educação moral e religiosa promovida por meio do sistema de ensino está sendo interpretada por eles como sendo ofensiva aos princípios do laicismo, que postula que o Estado não deve adotar os preceitos de nenhuma religião? Que posição político-ideológica-religiosa é revelada textualmente na afirmação totalizante de que a moral é inseparável da religião? Quem vigiaria os e as vigilantes dos professores e professoras das instituições de ensino? Quais os critérios para promover a

isenção ideológica e religiosa de quem julga a isenção ideológica e (não-)religiosa desses professores e professoras?

Diante da justificção desonesta e frágil do projeto, e das perguntas que elaborei a partir dessa constatação, é possível inferir que o projeto em questão se apresenta como defensor de uma escola livre das ideologias com as quais os parlamentares não concordam e repleto das ideologias das quais eles são adeptos. Os parlamentares ocultam o referente epistêmico neoliberal, fundamentalista, masculinista, cissexista e heterossexista de seus posicionamentos sob o véu de uma suposta isenção ideológica. Tal medida é, portanto, conservadora e reacionária, uma vez que visa reduzir o direito dos professores de ensinarem a partir dos paradigmas, isto é, das possíveis práticas de produção de enunciados legitimadas como científicas, de suas respectivas áreas de formação, especialmente no que se refere às Ciências Humanas.

No artigo 2º do projeto de lei nº 6583, de 2013, do Estatuto da Família, de autoria do parlamentar Anderson Ferreira (PR-PE), um empresário evangélico, “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre ‘um homem e uma mulher’, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. A partir dessa definição de família, o projeto de lei dispõe ainda de uma série de direitos que não contemplariam outras configurações possíveis de família: como a criação do “Programa de Saúde da Família” intermediado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (artigo 6º); a criação da disciplina “Educação para a Família”, que seria obrigatoriamente incluída nos currículos do Ensino Fundamental e Médio (artigo 10); e a criação do “Dia Nacional de Valorização da Família” em 21 de outubro de cada ano, que seria obrigatoriamente celebrado em todas as escolas públicas e privadas brasileiras (artigo 13).

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que sujeitos do mesmo sexo também podem se casar juridicamente, com os mesmos direitos e deveres de casais cisgêneros-heterossexuais, que, até então, eram os únicos assegurados pela lei. O Estatuto da Família é, na verdade, uma tentativa de reagir à aprovação do casamento igualitário e definir legalmente que tipo de família poderá ser assistido pelo Estado e ter acesso a direitos como pensão, INSS e licença-maternidade.

Uma das estratégias usadas por sujeitos cujos discursos religiosos do tipo fundamentalista estão posicionados e enraizados no campo da articulação hegemônica neoliberal-conservadora é a reprodução e reiteração de um pânico moral quanto a uma suposta dissolução da família e a uma suposta degradação da infância. Enunciado como unitário, atemporal, a-espacial e transcendental no campo desse regime de circularidade discursiva, o

conceito de família em questão diz respeito ao modelo burguês, heteropatriarcal, matrimonial, monogâmico, indissolúvel, procriativo e judaico-cristão, no qual tanto o pai e a mãe, quanto os filhos e as filhas devem desempenhar papéis de gênero predefinidos e orientados pela heterossexualidade.

Na concepção lunática de Jorge Scala, e dos seguidores e seguidoras do seu pensamento, cujos discursos religiosos são fundamentalistas, os estudos incursionados teoricamente por múltiplas perspectivas feministas, que buscam colocar em questão os regimes de verdade que produzem, positivam e naturalizam as desigualdades de gênero e sexualidade e o desrespeito às liberdades e direitos individuais, são uma ideologia de gênero, tida por ele como unitária e “neototalitária”, semelhante ao fascismo, ao nazismo e ao marxismo (como se o movimento de pensamento marxista fosse um sistema socioeconômico ou um regime político...). De maneira bastante contraditória, o autor afirma, em tom alarmista e convocatório, que

(...) a ideologia de gênero é necessariamente um sistema totalitário que pretende ser imposto pela força bruta. Não mediante violência das armas, mas através da mágica pretensão de modificar a estrutura íntima do ser humano, através de uma mudança cultural levada a cabo pela manipulação da linguagem. (2011, p. 191; grifos meus)

Na introdução de sua obra, Jorge Scala faz as supostas denúncias: a) ideólogos e ideólogas de gênero defendem que existe liberdade para construir o gênero nos termos de uma autonomia absoluta; b) para complementar a argumentação ideológica, ideólogos e ideólogas de gênero usam locuções que devem ser combatidas, como “patriarcado”, “heterossexualidade obrigatória”, “sexismo”, “homofobia”, “igualdade sexual”, “igualdade de gênero”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “saúde sexual e reprodutiva”, “tipos de família” e “parentalidade”; c) entre os ideólogos e ideólogas de gênero que desejam impor uma “agenda de gênero” estão os controladores da população, libertários sexuais, ativistas dos direitos dos homossexuais, apoiadores e apoiadoras do multiculturalismo que promovem o politicamente correto e pós-modernistas desconstrucionistas. Segundo o autor, os supostos ideólogos e ideólogas de gênero objetivam:

1) menos pessoas; 2) mais prazer sexual; 3) eliminação das diferenças entre homens e mulheres; 4) que não existam mães em tempo integral; 5) anticoncepcionais grátis e aborto legal; 6) promoção da homossexualidade (sexo sem bebês); 7) cursos de educação sexual para promover a experiência sexual entre crianças e ensiná-las como obter contraceptivos e aborto legal; 8) homossexualidade é normal e homens e mulheres são a mesma coisa; 9) eliminação dos direitos dos pais, de forma que estes não possam impedir as crianças de fazer sexo, educação sexual, anticoncepcionais e abortos; 10) cotas iguais para homens e mulheres; 11) todas as mulheres na força de

trabalho; 12) desacreditar todas as religiões que se oponham a esta agenda. (2011, p. 17-18)

Vale pontuar que as políticas de equidade de gênero e sexualidade, incursionadas por dados concretos da realidade que são denunciados por estudiosos e estudiosas de gênero e sexualidade, não visam eliminar as diferenças biológicas, mas as diferenças políticas pautadas na desigualdade e no controle de gênero e sexualidade e no desrespeito às liberdades e direitos individuais, que são efeitos de poder das economias significantes masculinistas, cissexistas e heterossexistas. O pânico moral quanto a uma suposta dissolução da família e a uma suposta degradação da infância é reproduzido e reiterado pelo autor no momento em que ele elenca pautas importantes de uma agenda política que não pode ser pensada como unitária, distorce pautas importantes como as políticas de equidade de gênero e sexualidade, as políticas de prevenção contra gravidez indesejada e contra doenças sexualmente transmissíveis, e, como mostrarei a seguir, inventa pautas mirabolantes como a promoção da pedofilia, da zoofilia e da necrofilia.

Em um dado momento de sua obra, o autor faz uma lista daquilo que, segundo ele, é considerado lícito e bom, de modo exatamente idêntico, para os supostos ideólogos e ideólogas de gênero:

Casamento indissolúvel entre um homem e uma mulher; Casamento dissolúvel entre um homem e uma mulher; Concubinato entre um homem e uma mulher; Troca de casais sexuais a prazo fixo; Troca de múltiplos casais sexuais que coincidem em tempo e lugar; Poligamia; Poliandria; Prostituição; Relações sexuais esporádicas entre um homem e uma mulher; Relações sexuais esporádicas entre com pessoas do mesmo sexo; Uniões homossexuais; Promiscuidade sexual com pessoas do outro sexo; Promiscuidade sexual com pessoas do mesmo sexo; Promiscuidade sexual com pessoas de ambos os sexos; Relações sexuais entre um adulto e um menor do outro sexo; Relações sexuais entre um adulto e um menor do mesmo sexo; Orgias; Onanismo; Masturbação; Masturbação a dois ou em grupo; Danças eróticas; Pornografia; Exibicionismo; Zoofilia; Necrofilia. (2011, p. 66-67)

Embora se gabe da análise pretensamente científica e anti-ideológica que faz da objetividade da natureza humana, o autor derrapa na própria religiosidade católica do tipo fundamentalista ao afirmar, frente a crítica que faz da suposta anticientificidade dos estudos de gênero e sexualidade, que “o paradigma do conhecimento já não é a razão – iluminado ou não pela fé –, mas o que pode ser experimentado sensivelmente” (2011, p. 39; grifos meus), ou, ainda que, “depreciando a natureza humana, destrói-se a antropologia que, com suas nuances, luzes e sombras, era comumente aceita no ocidente desde a antiguidade greco-romana e, mais intensamente, com o cristianismo” (2011, p. 50; grifos meus). Como se não

bastasse, o mesmo desdobra seu pensamento afirmando que “o homem como uma unidade consiste em um espírito encarnado” (2011, p. 50; grifos meus). Seu livro é tão anti-ideológico que, curiosamente, foi apresentado no Brasil pelo padre carismático Luiz Carlos Lodi da Cruz, que afirma que

O erro fundamental da ideologia de gênero, como nos ensina Jorge Scala, é a negação da natureza humana em matéria sexual. Não há, segundo tais ideólogos, um homem natural nem uma mulher natural. Masculinidade e feminilidade são meras construções sociais, que poder (ou devem) ser desconstruídas. O casamento entre um só homem e uma só mulher (heterossexualidade obrigatória) é visto não como a união natural entre dois seres complementares e fecundos, mas como mera convenção da sociedade. A família é uma instituição a ser abolida. Faz-se isso dando novo sentido a essa palavra. Família deixa de ser o “santuário da vida” e passa a designar qualquer aglomerado de pessoas (no futuro, também animais?), com qualquer tipo de comportamento sexual (incluindo pedofilia?), orientado ou não à procriação. (2011, p. 6)

Michel Foucault (1998, 1999a) critica a noção de que a verdade seja antagônica à ideologia e à repressão. Para o autor, não há sentido algum falar na batalha entre o discurso falso e o discurso verdadeiro, isto é, de como os aparelhos ideológicos do Estado ou os dispositivos teóricos das categorias analíticas de gênero, sexualidade, raça e classe produzem a ocultação da verdade (lida como realidade) e a alienação (lida como falsa consciência), mas sim, em como os discursos batalham entre si, produzindo seus efeitos de verdade. O autor afirma que “a necessidade da forma do discurso verdadeiro, liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la” (1999a, p. 20), uma vez que “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (1999a, p. 49).

Um exemplo da primeira concepção de oposição entre verdade e ideologia pode ser encontrada na obra de Marilena Chauí, que se preocupa em distinguir ideologia de ideário, esse, sim, segundo a autora, um simples “conjunto sistemático e encadeado de ideias” (2001, p. 7). Em um diálogo com Karl Marx, e conservando o movimento teórico-analítico dialético de produção da realidade, estabelecido pela materialidade histórica da luta de classes, por meio da noção de contradição, a mesma afirma que

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação

política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem ou não reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando ocorre uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas). Em outras palavras, uma ideologia não possui poder absoluto que não possa ser quebrado e destituído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade. Os burgueses destruíram a ideologia aristocrática (nos séculos XVI, XVII e XVIII), e os trabalhadores podem destruir a ideologia burguesa (como propôs Karl Marx). (2001, p. 23-24)

Marilena Chauí afirma que “a ideologia não é um ‘reflexo’ do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (isto é, abstrato e invertido) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social” (2001, p. 95) e que “falar em ideologia dos dominados é um contrassenso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação” (2001, p. 110). Nessa perspectiva, se existe uma ideologia de gênero, ela deve ser entendida como uma ideologia conservadora ou fundamentalista de gênero. Michel Foucault desloca as noções marxistas de realidade ou de discurso verdadeiro, ocultados pela alienação ou pela falsa consciência, para os efeitos de verdade produzidos por meio de regimes de verdade que nos normalizam por meio de técnicas institucionais. Para o autor, não existia e não existe uma realidade ontológica, preexistente, aguardando a superação do capitalismo para ser desvelada, assim como não existe um critério de ordem e uma inteligência ordenadora que explique uma suposta natureza das coisas instituídas.

Um exemplo da segunda concepção de ideologia pode ser encontrada na obra de Jorge Scala, na qual o autor se apropria do conceito de ideologia elaborado por Karl Marx (que fora aperfeiçoado por teóricos e teóricas marxistas), lançando mão de um suposto movimento teórico-analítico dialético, também pautado na noção de contradição, não para denunciar a opressão burguesa, mas, sim, as teorias de gênero e sexualidade, bem como as próprias teorias marxistas, que, na interpretação ainda mais binária e totalizante de mundo do autor, são necessariamente interdependentes. Nos termos do autor

(...) uma ideologia é um corpo doutrinal fechado, com pretensões de oferecer uma explicação de toda a realidade e, por isso, oferecer pautas universais de comportamento. Parte de uma premissa não demonstrada e indemonstrável – porque é falsa – e, a partir delas, as consequências são deduzidas mediante raciocínios rigorosamente lógicos. Por isso, quem aceita a premissa acriticamente e assim se introduz no sistema de pensamento ideológico não pode sair dele. Pelo contrário, nele se introduz cada vez mais profundamente, podendo chegar até ao mais irracional fanatismo. (2011, p. 33)

Jorge Scala ignora a materialidade histórica das formas de opressão e inverte a lógica materialista das desigualdades de gênero e sexualidade por meio de um referente epistêmico neoliberal, fundamentalista, masculinista, cissexista e heterossexista, que o autor ora oculta, sob o véu de suposta isenção ideológica, ora defende deliberadamente. Qualquer agenciamento molecular que produza linhas de fuga no plano molar das economias significantes será estupidamente considerado ideológico pelo autor, e qualquer sujeito que fale a partir dos movimentos sociais de resistência aos regimes de verdade que reificam as economias significantes masculinista, cissexista e heterossexista será estupidamente considerado ideólogo ou ideóloga. Por outro lado, para ele, esses regimes de verdade seriam considerados expressão inquestionável da objetividade científica e da isenção ideológica, como se não tivessem uma historicidade e como se essa historicidade não fosse construída a partir de disputas por significação em torno dos processos de conformação e resistência às estruturas de opressão.

No exercício de ir aos porões para pensar historicamente as “pragas pedagógicas”, como o prescritivismo, o metodologismo, o transcendentalismo, o fundamentalismo, o redentorismo e o salvacionismo, Alfredo Veiga-Neto chama a atenção para como o tratado da ousada “Didática magna” de como ensinar tudo a todos e todas, de João Amós Comênio, foi fundamental para a produção de um novo conceito de pedagogia e para o modo como o sistema de escolarização moderno passou a ser pensado desde então. Vale pontuar que, além ter defendido algumas noções educacionais democratizantes avançadas para o século XVII, em termos de classe e “tipos de inteligência”, o autor escreveu em um contexto histórico de transições político-econômicas e religiosas marcadas pela emergência do modo de produção capitalista, pela demanda burguesa por um modelo pedagógico liberal na perspectiva da racionalidade técnica e do utilitarismo e em um momento em que ainda era impossível pensar a educação fora de sua interdependência com a teologia. Como as escolas e o acesso à educação escolar se multiplicou nesse período, isso favoreceu o ensino simultâneo, a divisão das crianças em séries e a segmentação do ensino, e, nesse sentido a obra de João Amós Comênio foi basilar.

Tendo como marco a obra supracitada, a pedagogia assume a função de “dispositivo de intervenção e controle da vida social e individual dos sujeitos e dispositivo de reprodução do poder” (2012, p. 275), como afirma Alfredo Veiga-Neto citando Mário Díaz. O pensamento de João Amós Comênio, segundo Alfredo Veiga-Neto, está situado em um ponto de articulação entre “o transcendentalismo neoplatônico do humanismo pós-renascentista e o mito judaico-cristão do salvacionismo redentorista” (2012, p. 275), cujo objetivo último é “a

salvação redentora do Homem” (2012, p. 276). Posicionando-se em defesa de um modelo pedagógico liberal articulado ao humanismo protestante, João Amós Comênio define a didática magna como um

Processo seguro e excelente de instituir, em todas as comunidades de qualquer Reino cristão, cidades e aldeias, escolas tais que toda a juventude de um e de outro sexo, sem excetuar ninguém em parte alguma, possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes, impregnada de piedade, e, desta maneira, possa ser, nos anos da puberdade, instruída em tudo o que diz respeito à vida presente e à futura, com economia de tempo e de fadiga, com agrado e com solidez. (2001, p. 11)

Mesmo com a defesa progressista das escolas laicas e do Estado laico, o sistema de escolarização ainda é concebido por muitos sujeitos como uma máquina de salvação, tal qual idealizava João Amós Comênio. O que devemos problematizar, na verdade, não é conservadorismo do autor que viveu no século XVII, mas o porquê de não termos ultrapassado esse pensamento que dificulta sobremaneira a construção de uma democracia radical pluralista. Dentre os principais desafios que temos de enfrentar nesse momento histórico de articulação hegemônica neoliberal-conservadora, um deles se refere à superação das “pragas pedagógicas” e outro à compreensão dos limites entre o direito a uma expressão de fé e a intransponibilidade dos direitos civis individuais.

Um fazer científico compromissado com uma democracia radical plural não pode desrespeitar o princípio do laicismo, uma vez que há um consenso na comunidade científica de que existem limites absolutamente claros entre os campos científico e religioso. O flagrante desrespeito desse princípio ocorre com frequência nas instituições públicas, visto que não deveriam adotar os preceitos de nenhuma religião específica, por mais que ela tenha grande adesão. Segundo Luiz Antônio Cunha, é muito comum ouvirmos o argumento de que a presença cristã nos espaços públicos e a circulação de seus efeitos de poder nas escolas e no Estado é algo legítimo porque a maioria da população é cristã e os preceitos e as simbologias dessa religião fazem parte do nosso patrimônio cultural. Nesse caso, o autor argumenta que é necessário distinguirmos laicismo de secularização da cultura, tendo em vista que “o Estado laico é aquele que tem sua legitimidade radicada na soberania popular” (2013, p. 927). Roseli Fischmann (2012), por sua vez, afirma que

Nenhuma crença pode definir e determinar a esfera pública, nem pode tornar obrigatórios os seus valores e determinações para todos da sociedade, nem mesmo para os que sejam seus adeptos, que podem depender, em algum momento, de contar com os instrumentos de garantia de direitos dados a toda a cidadania. Nenhum grupo pode tornar suas leis religiosas parte integrante das leis civis, válidas para todos – e isso é o que garante o Estado laico. É que a imposição de um grupo representaria,

em si, restrição às demais crenças e pessoas, configurando a tirania de uns sobre outros, ainda que se apresentasse qualquer “bom” argumento para tentar justificar semelhante dominação – é que esse argumento já viria imbuído das motivações, conceitos e valores daquele dado grupo, desconsiderando os demais. (2012, p. 43)

5. ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS ACERCA DE MOVIMENTOS RIZOMÁTICOS QUE NÃO CESSAM DE ME PERTURBAR ...

No segundo semestre de 2017, minha mãe, Lourdes, me marcou em uma publicação que compartilhou de uma página de humor de uma rede social, caracterizada por ser uma plataforma *on-line* onde seus usuários e usuárias criam perfis nos quais podem publicar o que estão pensando ou curtir, compartilhar e comentar publicações de amigos, grupos e páginas dessa mesma rede social. Na descrição da página da publicação em questão, na qual seu autor ou autora corporifica uma personagem vilanesca e cômica da teledramaturgia brasileira, consta que a página é “uma dose de humor para aqueles que fazem pesquisa”. Entretanto, trata-se de um humor que, partindo da ironia e da naturalização das pressões institucionais aos e às estudantes da graduação e pós-graduação, reifica as hierarquias entre quem orienta e quem é orientado, posicionando quem orienta como um representante da instituição autoritária a partir da qual enuncia.

Na publicação, havia uma imagem com uma foto da personagem e um enunciado que dizia o seguinte: “que tal aproveitar o feriadão para emendar pelo menos duas frases na tua monografia/dissertação/tese?” O enunciado estava dividido da seguinte forma: acima da personagem a frase “que tal aproveitar o feriadão” e, abaixo da personagem, a frase “para emendar pelo menos duas frases na tua monografia/dissertação/tese?” Algumas pistas discursivas, tais como o objetivo da página, a presença da personagem vilanesca e cômica em todas as postagens e a divisão do enunciado em partes textuais com valores semânticos distintos me permitem inferir que o enunciado estava intencionalmente dividido não apenas por uma questão estética de ajustamento do texto à foto da personagem, mas para acentuar, por meio do paradoxo e da ironia, o lado bom do feriado prolongado de 7 de setembro e o lado ruim disso para quem tem uma pesquisa para concluir, legitimando sua intencionalidade de fazer humor ironizando e naturalizando as pressões institucionais aos e às estudantes da graduação e pós-graduação.

Uma das linhas que constituem minha realidade existencial no plano molar das economias significantes instituídas é a de estudante – indisciplinado? – de um programa de pós-graduação em Educação. Um dos pré-requisitos para nos tornarmos mestres é a entrega de uma dissertação. Dito de maneira simples, esta é uma pesquisa acadêmica caracterizada pela demonstração de habilidade e rigor teórico-metodológico em realizar um estudo com certa profundidade e coerência com relação ao que propomos, tomando como ponto de partida

as teorias de autores e autoras que são referências intelectuais no tema pesquisado e na perspectiva teórico-metodológica a partir da qual caminhamos.

Por mais que eu soubesse da inevitabilidade das intensidades dos afetos que experimentaria no processo de produção de novas subjetividades nos e partir dos territórios existenciais que habitei enquanto um pesquisador-aprendiz de cartógrafo implicado, eu não supunha, quando comecei a cursar os primeiros créditos do Programa de Pós-Graduação em Educação, que meu processo de desterritorialização e operação de novas conexões com as multiplicidades seria tão doloroso. As razões para essa dor são múltiplas. Uma razão passa, em um primeiro momento, pela minha sensação de autossuficiência com relação à escrita das experiências vividas e dos afetos experimentados, tendo em vista a otimização dos prazos institucionais, e, em um segundo momento, pela constatação das minhas fragilidades com relação à atitude cartográfica diante das intensidades da vida se revelando em toda sua potência diante dos meus olhos cheios de vícios que não permitiram produzir novas linhas de enunciação além da obviedade do já sabido, algo tão duramente criticado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), bem como por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia et al (2015).

Uma segunda razão passa pela minha sensação de impotência com relação à dissolução da nossa jovem democracia em detrimento da formação hegemônica neoliberal-ultraconservadora, aqui pensada como produto de várias estruturas de opressão. Para além da sensação de impotência, no sentido de não conseguir acreditar em uma transformação social radical de curto prazo e no que pese a potencialidade micropolítica das pequenas ações cotidianas, tenho me esforçado para tentar reconstruir minha esperança mediado pelas pessoas que também lutam ativamente pela construção de uma democracia radical pluralista e nutrindo expectativas na luta das pessoas que ainda virão. Como nos versos, da música de Ivan Lins, imortalizada na voz de Elis Regina, teimo em dizer, com lágrimas nos olhos (talvez na esperança de que algum dia digam com “concretudes de superação” que “os dias eram assim”): “quando colherem os frutos, digam o gosto pra mim”.

Não sou mais o mesmo de quando comecei a escrever esta dissertação. Perdi as contas de quantas vezes tive que morrer e renascer para que esta dissertação pudesse se desenvolver e ser finalizada, com todas as suas inconclusões e movimentos rizomáticos que não cessam de me perturbar. Nesse processo doloroso aprendi muito. Talvez eu tenha desaprendido mais do que aprendido. Meu processo de desterritorialização produziu em mim incertezas e instabilidades de toda ordem. Ao contrário de Guacira Lopes Louro, tive certa dificuldade de entender que

Incerteza e dúvida não me parecem pecados que precisem ser exorcizados por um pesquisador ou pesquisadora; em vez disso, podem se constituir numa espécie de gatilho para qualquer investigação, podem ser exercitadas ao longo de um estudo e, desse modo, estimular a atitude de busca continuada do conhecimento. (2007, p. 239)

Como sinalizei na introdução desta dissertação, propus-me a fazer um duplo movimento: o da produção de novas subjetividades e o da adoção de uma política de escrita que as reflita enquanto processo, e não enquanto representação. Sinalizei que me inseri como um pesquisador-aprendiz de cartógrafo implicado no espaço institucionalizado dos extintos grupos de estudos do território existencial do CEJA “Prof. Alfredo Marien”, em Rondonópolis (MT), para cartografar os dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades no plano de implicações cruzadas dos territórios existenciais habitados por Cristhiane, Iraniudes, Lázara, Márcio e Patrícia.

Gostaria de destacar o lugar da memória como narrativa, que, ao se transformar em enunciado, ressignifica o vivido. Ela não é um arquivo imageticamente alocado no passado, como uma linha reta ou um roteiro ordenado de etapas, mas sempre se faz, desfaz e refaz nas disputas por significação que constituem nossos territórios existenciais. Provocar as colaboradoras e o colaborador, por meios dos dispositivos de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, para que produzissem narrativas acerca de suas vidas, colocou-lhes, de certa maneira, diante desse desafio de ressignificar a própria existência. Isso pode ser compreendido como um agenciamento molecular que mobiliza a insurgência de novas subjetividades, e estas são problematizadoras das normatividades que demarcam as identidades que nos são impostas.

Atualmente, com a dissertação finalizada, percebo excessos de posições discursivas minhas. Penso que eu poderia ter tecido uma narrativa que privilegiasse mais os dados produzidos na pesquisa de campo, sem me preocupar aprioristicamente com a análise teórica. Era necessário tecer uma narrativa com mais dados, demonstrando uma participação mais ativa delas e dele. A narrativa pouco polifônica, afã da teorização, acabou por abafar essas vozes. Eu deveria ter sido um pesquisador-aprendiz de cartógrafo mais interlocutor e menos professor, no sentido mais autoritário possível que podemos ocupar, enquanto professores, no interior de uma certa posição institucional. Nesse sentido, ousou dizer que, apesar de ter acompanhado e percebido a produção de novas subjetividades, não consegui refletir isso tão bem quanto eu gostaria, por meio da escrita, nessa dissertação.

Inicialmente, eu supunha que o diário de campo seria um elemento condicionante da estruturação e produção da dissertação, o que limitou sua potencialidade política, ao invés de ampliá-la. Possivelmente, há uma relação disso com a percepção que eu tinha da cartografia como sendo mais um método analítico, e não uma atitude ou um conjunto de atitudes investigativas. Soma-se a isso o fato de que os extintos grupos de estudo do CEJA “Prof. Alfredo Marien”, uma vez institucionalizados e capturados pelo poder disciplinar, exigiam de nós utilidade em termos econômicos de gestão produtiva do tempo, condicionando-nos a dar conta daquilo a que o espaço e o tempo deles se propunham institucionalmente: uma apresentação em um colóquio. Por essa razão, era comum que as colaboradoras e o colaborador afirmassem que não deveríamos nos prender apenas às nossas experiências de vida, nem ficar fugindo do texto. Tentei amenizar a situação dizendo que, apesar de compreender esse aspecto institucional do grupo de estudo, não estava levando em consideração apenas a leitura e a interpretação dos textos selecionados para apresentação no colóquio, mas o processo investigativo como um todo.

Apesar de tudo isso, também quero destacar a percepção que tenho acerca da segurança maior com que Márcio e Patrícia têm abordado os temas de gênero e sexualidade em sala de aula nas escolas onde trabalham. Patrícia não só tem sentido mais segurança, como se tornou uma estudiosa dessas questões pelo mesmo programa de pós-graduação em Educação a partir do qual essa dissertação foi anunciada institucionalmente. Já produzimos, inclusive, um artigo, em regime de parceria, para um evento acadêmico, no qual escrevemos acerca da produção de novas subjetividades dela durante e após essa investigação cartográfica.

As conclusões não podem constituir todos fechados e homogêneos, uma vez que o campo problemático da pesquisa também é marcado pela inconclusão. Além disso, é impossível dar conta dos mais variados aspectos desse campo durante um mesmo processo de produção de conhecimento. Muitos deles permanecerão abertos, de modo que poderei retomá-los em outras pesquisas ou – para ser otimista – outro pesquisador ou pesquisadora o fará afetado por esta pesquisa, bem como por seu caráter inconcluso, quer seja para dar continuidade a um conjunto de ideias, quer seja para romper com ele, refutando-o.

Por fim, retomo o enunciado do diretor de uma das escolas em que Márcio trabalha, reproduzido pelo mesmo em alguns dos nossos encontros, o que motivou o título desta dissertação. Deixo registrado que não há uma resposta definitiva para o que é ser menino ou menina, homem ou mulher em nossa sociedade. A única certeza nesse sentido é a de que as construções sociais em torno das masculinidades e das feminilidades produzem imposições e

expectativas masculinistas, cissexistas e heterossexistas em torno do que é ser menino ou menina, homem ou mulher, “macho” ou “princesa”, e, transbordando os limites discursivos dessas categorias de gênero, em torno do que é ser “bicha”, “viado”, “sapatão”, “traveco” ou “P-U-T-A”, para usar o enunciado de Iraniudes.

Essa lógica exige dos homens que eles sejam heterossexuais e exerçam suas masculinidades de maneira tóxica, a ponto de castrar suas sensibilidades, e exige das mulheres que elas sejam heterossexuais e exerçam suas sensibilidades de maneira exacerbada, a ponto de se tornarem fisicamente dependentes desses mesmos homens e de castrar suas capacidades de agirem racionalmente. Isso produz zonas de invisibilidades e silenciamentos. Mulheres insubmissas, gueis, lésbicas, travestis e transexuais, sobretudo quando consideramos outras linhas que os e as compõem em termos subordinação, são jogados às margens das categorias por meio das quais as imposições e expectativas masculinistas, cissexistas e heterossexistas são reproduzidas. Ao mesmo tempo, as linhas que constituem esses sujeitos em suas pluralidades produzem territórios existenciais que podem não apenas ressignificar suas próprias existências, mas produzir condições materiais a partir das quais nos é possível problematizar as normatividades que demarcam as identidades que nos são impostas e que nos normalizam.

Afinal, o que podemos diante das intensidades da vida se revelando em toda sua potência diante dos nossos olhos cheios de vícios?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Amores que não têm tempo: Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética da existência homossexual. *Revista Aulas* (UNICAMP), v. 07, p. 41-58, 2010.

_____. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: Ivana Guilherme Simili. (org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Maringá: Eduem, 2011, v. 1, p. 37-47.

ARAÚJO, Lázara Ribeiro de. Colaboradora dessa dissertação.

ARAÚJO, Maria Clara. Angela Davis e sua verdade sobre o que é ser radical. *Blogueiras Negras*. Publicado em 16 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/01/16/angela-davis-e-a-sua-verdade-sobre-o-que-e-ser-radical/>.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A gênese da transfobia. *Blogueiras Feministas*: de olho na web e no mundo. Publicado em 21 de junho de 2016a. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/06/a-genese-da-transfobia/>.

_____. Feminismo radical e liberalismo. *Blogueiras Feministas*: de olho na web e no mundo. Publicado em 22 de fevereiro de 2016b. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/02/feminismo-radical-e-liberalismo/>.

BARRETO, Danielle Jardim. *A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em Psicologia*: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

BENETTI, Fernando José. *A bicha louca está fervendo*: uma reflexão sobre a emergência da Teoria *Queer* no Brasil (1980-2013). Monografia (Bacharelado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. É o *queer* tem pra hoje. *Áskesis*, Universidade de São Carlos (SP), v. 4, n. 1, 2015. p. 143-155.

BOITO JR. Armando. Os atores e os enredos da crise política. In: *Por que gritamos golpe?*: Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23-29.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1., 2002, p. 155-167.

_____. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COMÊNIO, João Amós. *Didática magna*. Fundação Calouste Gulbenkian, Books Brasil, 2001.

CONNELL, Raewyn. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 241-282.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. A luta pela ética no Ensino Fundamental: religiosa ou laica? *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, 2009, p. 401-419.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FISCHMANN, Roseli. Ciência, tolerância e Estado laico. *Ciência e Cultura*, v. 60, n. 1, São Paulo, 2008, p. 42-50.

FOUCAULT, Michel Foucault. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999c.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é a homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

FURLANI, Jimena. *Gêneros e sexualidades no discurso religioso: um exercício desconstrutivo para a Educação Sexual*. Seminário “Ensino religioso, gênero e sexualidade”, Instituto Estadual de Florianópolis, 2008.

GEBARA, Ivone. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal. *Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 14, n. 1, 2006. p. 294-304.

JINKINS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11-14.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 1, 1995, p. 07-41.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Goiânia, *Ser-Tão: núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade*, UFG, 2012. v. 1.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. *Educação, Sociedade e Culturas*, v. 25, Universidade do Porto (Portugal), 2007. p. 235-245.

_____. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, v. 25, n. 2, 2000, p. 59-76.

_____. In: *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Lourdes. Colaboradora não-oficial dessa dissertação.

NATIVIDADE, Marcelo. *Religião e sexualidade: dilemas contemporâneos brasileiros*. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), v. 46, n. 1, 2016, p. 121-161.

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo in: *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-104.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. Universidade do Minho (Portugal): *Ex æquo*, n. 22, 2010. p. 25-39.

_____. O rizoma “gênero”: cartografia de três genealogias. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal): *E-cadernos CES*, 2012. p. 33-54.

OLIVEIRA, Márcio Cândido de. Colaborador dessa dissertação.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Pontes: Rio de Janeiro, 2003.

_____. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. *Revista Aled*, n. 16, v. 2, 2016, p. 68-80.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer decolonial: quando as teorias viajam*. Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro): *Contemporânea*, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015. p. 411-437.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POSTIL, Cristhiane Souza. Colaboradora dessa dissertação.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n. 5, 2010. p. 17-44.

RUBIN, Gayle. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SANTOS, Patrícia Alves. Colaboradora dessa dissertação.

_____. *As trabalhadoras invisíveis que habitam os lares*. *A Tribuna*. Publicado em 29 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.atribunamt.com.br/2017/04/as-trabalhadoras-invisiveis-que-habitam-os-lares/comment-page-1/>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, p. 71-99.

SOUZA, Iraniudes Moraes de. Colaboradora dessa dissertação.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, 2012, p. 267-492.

VIEIRA, Helena. Por um feminismo trans: as lutas devem estar juntas. *Revista Fórum*. Publicado em 31 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/05/31/feminismo-e-questao-da-transexualidade-porque-devem-estar-juntas/>.